

Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho

**CRIMINALIDADE, PREVENÇÃO E CONTROLE: o papel do  
Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS na  
Política de Segurança Pública do Estado do Amazonas**

Manaus, AM  
UEA/Eso  
2014

Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho

**CRIMINALIDADE, PREVENÇÃO E CONTROLE: o papel do  
Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS na  
Política de Segurança Pública do Estado do Amazonas**

Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gelson de Oliveira Nascimento

Manaus, AM  
Escola de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
2014

## Folha de Aprovação

*Dedico o presente trabalho à minha família, a quem tenho podido provar que tem valido a pena acreditar e lutar, às minhas amadas esposa Luiza Eugênia e filha Anna Luiza, tesouros de Deus, confiados a mim, a fim de serem motivos de valoração e enriquecimento da vida a mim proporcionada, pois o esforço, abnegação, força e confiança, possibilitaram a realização de mais este estudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao único Deus, vivo e verdadeiro, Senhor de todos os exércitos, autor da vida e consumidor da minha fé que em sua infinita misericórdia e graça nos tem concedido sabedoria, força e discernimento.

Aos professores que com sua sapiência e dedicação, servindo como instrumentos do Mestre dos mestres, proporcionaram o aprimoramento da visão, a crítica para questionar os modelos e o caminho da possibilidade de transformação.

Aos colegas de turma, companheiros de jornada que serviram de modelo e exemplos.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CIOPS – Centro Integrado de Operações de Segurança

CICC R – Centro Integrado de Comando e Controle Regional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

# SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	x
1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 OBJETIVO GERAL .....	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: TENDÊNCIAS HISTÓRICAS E QUESTÕES EMERGENTES.....	19
2.1 A SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO .....	19
2.2 SITUAÇÃO DA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	20
2.3 AS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS E O PAPEL DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA .....	22
2.4 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS REFLEXOS NO AMAZONAS.....	23
Os próximos itens discorrem sobre plano e programa nacional de segurança pública, bem como sobre os programas de prevenção da criminalidade no Estado do Amazonas. ....	23
2.4.1 O Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP (2000).....	23
2.4.2 O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (2007).....	25
2.4.3 Programas de prevenção da criminalidade no Amazonas.....	26
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE MANAUS.....	31
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	31
3.2 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS .....	34
4 CONTROLE E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MANAUS: OS MODELOS CICC E CIOPS .....	37
4.1 MODELO CICC: HISTÓRICO .....	37
4.2 TIPOLOGIA: DE C2 A CICC .....	38
4.3 O MODELO EMBRIONÁRIO DE COMANDO E CONTROLE NO BRASIL.....	40
4.4 MODELO CIOPS: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO .....	45
4.4 NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	47
4.5 MODELO CIOPS: DINÂMICA OPERACIONAL .....	50
5 METODOLOGIA.....	52
5.1 FONTE E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS .....	52
5.2 MATERIAIS E MÉTODOS .....	55
6 RESULTADOS DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MANAUS.....	57
6.1 TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE EM MANAUS.....	58
6.2 UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS .....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	76
ANEXO .....	80





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MANAUS E SUA LOCALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, SEGUNDO ZONAS ADMINISTRATIVAS E BAIRROS .....	33
FIGURA 02 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, COM A DIVISÃO DE BAIRROS.....	34
FIGURA 03 – ESPECTRO DE SEGURANÇA DA CIDADE DE MANAUS .....	36
FIGURA 04 – QUARTEL DA RÁDIO PATRULHA, EM 1975.....	42
FIGURA 05 – ATENDIMENTO SISTEMA EMERGÊNCIA 190 – CIOPS, EM 2000 .....	44
FIGURA 06 – CONTROLE E DESPACHO DE VIATURAS – CIOPS, EM 2000 .....	44
FIGURA 07 – ATENDIMENTO SISTEMA EMERGÊNCIA 190 – CIOPS, EM 2013 .....	45
FIGURA 08 – CONTROLE E DESPACHO DE VIATURAS – CIOPS, EM 2013 .....	45
FIGURA 09 – ESTRUTURA ATUAL DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA. ....	47
FIGURA 10 – CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA .....	48
FIGURA 11 – SALA DE VÍDEO MONITORAMENTO DE SEGURANÇA, CIOPS, 2011.....	49
FIGURA 12 – SALA DE VÍDEO MONITORAMENTO DE SEGURANÇA, CIOPS, 2013.....	50
QUADRO METODOLÓGICO .....	53
QUADRO 01 – ORGANIZAÇÃO DOS DADOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATENDIMENTO DE CHAMADAS EMERGENCIAIS .....	53
TABELA 01: CHAMADAS VIA SERVIÇO EMERGENCIAL 190/193,.....	59
NO PERÍODO DE 2009 A 2013 .....	59
TABELA 02: OCORRÊNCIAS GERADAS PELO SISTEMA 190/193 – CIOPS, EM MANAUS, NO PERÍODO 2009 A 2013 .....	61
TABELA 03 – OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM MANAUS, NO PERÍODO DE 2009 A 2013 QUE RESULTARAM NA LAVRATURA DE BOLETINS DE OCORRÊNCIAS POR ATO INFRAACIONAL .....	64
TABELA 04 – OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM MANAUS, NO PERÍODO DE 2009 A 2013 QUE RESULTARAM NA LAVRATURA DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA.....	65
TABELA 05 – OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM MANAUS, NO PERÍODO DE 2009 A 2013 QUE RESULTARAM NA LAVRATURA DE AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO.....	66
FIGURA 13 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, COM ILUSTRAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DA FASE I, DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA, COM 100 CÂMERAS, 2006 .....	69
FIGURA 14 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, COM ILUSTRAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DA FASE II, DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA, COM 200 CÂMERAS, 2007 .....	70
FIGURA 15 - MAPA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, COM ILUSTRAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DA FASE III, DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA, COM 232 CÂMERAS, 2007 .....	71

ANEXO .....	80
TABELA I - LOGRADOUROS COM CÂMERAS INSTALADOS PELO CIOPS, MANAUS, 2009 E 2010.....	80
ANEXO .....	83

## RESUMO

A presente Dissertação tem por objeto de estudo o papel do Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS no controle e prevenção da criminalidade na cidade de Manaus. Para tanto, a pesquisa bibliográfica realizada buscou o referencial teórico disponível quanto ao tema, posicionando a segurança pública no contexto histórico brasileiro, dialogando sobre estratégias contemporâneas de prevenção e controle da criminalidade, suas tendências, bem como sobre o modelo embrionário de comando e controle no Brasil, desde sua origem até aos dias atuais, momento em que se apresenta como novo modelo de dinâmica operacional na segurança pública brasileira, com reflexos diretos no Estado do Amazonas. Buscou-se discorrer sobre o Centro Integrado de Operações de Segurança, verificando sua dinâmica operacional, ferramentas de tecnologia atualmente em uso, nível de integração entre as agências de segurança que ali operam, verificando sua contribuição para o controle e prevenção da criminalidade na cidade de Manaus. Realizou-se, também, uma pesquisa exploratória na base de dados do CIOPS, relativa às chamadas emergenciais para o serviço, no período de 2009 a 2013, analisando os procedimentos no atendimento das chamadas emergenciais e no atendimento das ocorrências geradas.

---

**Palavras-chave:** Estratégia, Prevenção, Controle, Criminalidade, Segurança Pública.

## ABSTRACT

The aim of this research is to study the role of the Integrated Operations Center Security - CIOPS, control and prevention of crime in Manaus, AM- Brazil. For both, the bibliographical survey sought the theoretical framework available on the subject, placing public safety in the Brazilian historical context, dialoguing about trends, contemporary strategies for prevention and control of crime. For both, the bibliographical survey sought the theoretical framework available on the subject, placing public safety in the Brazilian historical context, dialoguing with authors about trends, contemporary strategies for prevention and control of crime. As well as the embryonic model of command and control in Brazil, from its origin to the present day, at which time appears as a new model of operational dynamics in the Brazilian public security, with direct consequences in the state of Amazonas. We attempted to discuss the Integrated Operations Center Security, checking their operational dynamics, technology tools currently in use, level of integration between the security agencies operating there, checking their contribution to the control and prevention of crime in Manaus. It was also held exploratory research into database CIOPS concerning emergency calls for service during the period 2009-2013, analyzing the procedures in meeting the emergency calls and attendance of events generated.

---

**Keywords:** Strategy, Prevention, Control, Crime, Public Safety.

# 1 INTRODUÇÃO

Apesar de controvertido, o estudo sobre o crescimento da criminalidade urbana e violência, que serve de base para estatísticas oficiais de criminalidade, diagnósticos, avaliações, análises e estudos científicos, aponta no sentido de uma tendência mundial, desde os anos 50, para o crescimento dos crimes e da violência social e interpessoal (Adorno, 2002).

A partir de 1980, segundo Trindade e Porto (2011), constata-se o crescimento dos estudos sobre as polícias, constituindo-se no que denominou-se de sociologia da organização policial contemporânea. Apesar dos esforços, pouco se avançou na compreensão dos mecanismos de controle da atividade policial, de seus instrumentos de controle e avaliação, bem como das dificuldades políticas, culturais e institucionais para sua implantação.

Avanços sociais e econômicos tais como redução da pobreza absoluta, universalização do acesso à educação básica, ampliação do acesso da juventude mais pobre à universidade, diminuição da taxa de analfabetismo e o incremento de esperança de vida ao nascer, foram bastante expressivos no Brasil, no período compreendido entre 2000 a 2010, segundo Saporì (2012). Contudo os indicadores de violência urbana caracterizaram o país como um dos mais violentos do mundo, no mesmo período. Tais indicadores apresentam uma trajetória ascendente da taxa de homicídios, na maioria dos estados brasileiros.

Segundo Araújo e Fajnzylber (2001), os aumentos nas taxas de crime, os elevados custos a elas associados e a crescente importância dada ao assunto em pesquisa de opinião, têm levado os governos e a sociedade a encarar o problema da criminalidade como um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. O desafio, segundo os referidos autores, é o de formular e implementar políticas que permitam prevenir e reduzir o crime e a violência. Para tanto, é de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas que permitam avançar na compreensão das causas desses fenômenos. Assim como a geração de bases

de dados que permitam monitorar e melhorar o nosso entendimento das tendências espaciais e temporais da criminalidade.

Para Soares (2006, p. 91), as matrizes da criminalidade são variadas e suas manifestações também variam de acordo com as regiões do país e dos Estados, dada a diversidade brasileira.

A relação entre percepções sociais de medo e taxas reais de criminalidade é hoje um ponto central para a elaboração racional de questões de violência urbana, bem como para a formulação de políticas públicas voltadas para estas questões. A ausência de sistemas de indicadores sociais de criminalidade que possam mensurar adequadamente esta correspondência, tem levado agências e formuladores de políticas a manterem uma agenda de trabalho pautada mais pela mídia, do que pela identificação de padrões e tendências verificadas através de análise minuciosa de dados (Beato, 2000).

Conforme Beato (2008, p. 688), é cada vez maior o clamor das sociedades democráticas por organizações policiais mais transparentes, controladas e eficientes. Nesse sentido, a literatura tem apontado para a importância de adotar-se estratégias proativas de prevenção e de controle da criminalidade nas sociedades que vivem neste regime. Nesse contexto, a gestão de informações que permite alocação focalizada e pontual, parece exercer significativo impacto sobre as taxas de criminalidade.

Para Priell Neto (2012, p. 19), a fiel observância da Instituição policial aos anseios da sociedade, em constante evolução, que busca um melhor atendimento e prestação de serviços, configura-se, em si mesmo, a justificativa para a abordagem de temas relevantes ligados à área de segurança pública.

A integração de serviços em redes interligadas digitalmente segue uma tendência mundial. Embora relativamente nova, iniciada após a criação da internet, esta maneira de estabelecer contatos e de transmitir dados de forma ágil e informal, vem transformando as diversas formas de relação da sociedade. Como consequência, mudanças profundas na sua relação com o Estado vêm sendo produzidas, acarretando a difusão de necessidades e de uma gama de demandas cada vez mais globalizada, forçando o Estado a se adequar para atendê-las, conforme as

expectativas sociais, gerando uma nova concepção deste, fazendo surgir então o que Coli (2011) denomina de Estado Rede.

Neste contexto, de Estado Rede, o Centro Integrado de Operações de Segurança coordena a interoperabilidade dos órgãos que prestam serviços ligados à segurança pública e do cidadão.

Surge então a indagação quanto ao papel do Centro Integrado de Operações de Segurança na cidade de Manaus, suas atividades, bem como quanto às estratégias de policiamento implementadas pelas agências que ali operam, no sentido de verificar se tais atividades contribuem para a prevenção e controle da criminalidade na cidade de Manaus. É sobre essas inquietações que esse trabalho vai avançar na busca de respostas para o seguinte questionamento: de que forma a dinâmica operacional do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOPS, vem contribuindo para a prevenção e controle da criminalidade em Manaus?

## **1.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar o papel do Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS, no controle e prevenção da criminalidade na cidade de Manaus, no período de 2009 a 2013.

## **1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1.2.1 Descrever a dinâmica operacional do Centro Integrado de Operações de Segurança, no período entre 2009 a 2013.

1.2.2 Descrever como as agências de segurança que compõem o CIOPS, atuam de forma integrada nas atividades de controle e prevenção da criminalidade na cidade de Manaus.

1.2.3 Apresentar como as modernas ferramentas de Tecnologia da Informação, utilizadas no CIOPS, auxiliam no trabalho policial, no controle e prevenção da criminalidade em Manaus.



1.2.4 Levantar as informações estatísticas de chamadas emergenciais para o serviço, por meio das ligações telefônicas recebidas pelo CIOPS, no período de 2009 a 2013.

1.2.5 Classificar as chamadas emergenciais para o serviço, atendidas entre 2009 e 2013, em grupos específicos de acordo com o encaminhamento dado pelo CIOPS.

1.2.6 Analisar a evolução e a natureza das ocorrências atendidas e conduzidas aos DIPs, classificadas como Atos Infracionais, TCOs e Flagrantes, no período de 2009 a 2013.

Este trabalho está estruturado em 6 capítulos. O Capítulo 1 expõe a contextualização do tema, objeto do presente estudo, bem como o problema da pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa, a delimitação do tema e a estrutura deste trabalho. Em seguida, o Capítulo 2 discorre sobre as Políticas de Segurança Pública, no Brasil, apresentando as tendências históricas e questões contemporâneas. O espaço de observação deste estudo é o município de Manaus, por isso, no Capítulo 3 serão tratadas questões relativas a essa cidade, no que tange aos aspectos históricos, demográficos, sociais, econômicos e de segurança pública. O Capítulo 4 traz considerações acerca do papel do CIOPS no contexto de prevenção e controle da criminalidade, desde sua criação, conforme o marco legal descrito a partir de 2005, com a promulgação da Lei Delegada nº 59, de 29 de julho de 2005 e enfatiza a dinâmica de integração entre os órgãos, implementada a partir de 2007. Os aspectos metodológicos deste estudo foram descritos no capítulo 5. Neste capítulo foram apresentadas a fonte e organização dos dados, além dos materiais e métodos empregados para o alcance dos resultados.

Por fim, o capítulo 6 discorre sobre as estratégias de prevenção da criminalidade estabelecidas pelas agências de segurança pública que operam na cidade de Manaus, apresentando os resultados deste estudo com base nos dados coletados no CIOPS, sem ignorar a doutrina de comando e controle.

Este estudo ainda apresenta considerações finais, onde são elencadas algumas sugestões para melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo sistema de segurança pública, sobretudo daqueles oferecidos pelo CIOPS. Além disso, tece

outras considerações que vão sugerir a continuidade desta pesquisa no âmbito da academia.

## 2 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: TENDÊNCIAS HISTÓRICAS E QUESTÕES EMERGENTES

### 2.1 A SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Buscar no berço de nossa história aspectos e características marcantes do povo brasileiro que aponte tendências ou mesmo que justifiquem o cenário atual quanto às demandas de segurança pública é um desafio. Embora não seja esse um dos objetivos deste estudo, a pesquisa nos mostra aspectos importantes em nossas origens que nos fazem refletir à medida que conseguimos ligar aspectos e fatos históricos que geraram consequências sociais e econômicas cujos reflexos podem e são sentidos e percebidos até aos dias atuais.

Na história do Brasil, registra-se a marca de uma constante repressão, tal repressão inicia de forma legal, embora injusta, pelo Livro V das Ordenanças Filipinas<sup>1</sup>, agravando-se com o genocídio dos índios, pela escravidão dos negros e pela violência oficial a todos os que se opunham e resistiam ao regime colonial português (DONNICI, 1984, p. 13).

Adorno (2002) analisa o contexto da evolução da sociedade brasileira, sintetizando suas características de ex-colônia portuguesa, que a partir de 1822 conquista sua independência, em meio à vigência de um regime monárquico, com bases socioeconômicas e políticas fundamentadas na propriedade rural, monocultura e exportação de produtos primários ao mercado consumidor externo da época; na exploração da mão de obra escrava, que por sua vez era alimentada pelo tráfico internacional de negros capturados e desenraizados de suas tribos e comunidades

---

<sup>1</sup> “O Sistema jurídico que vigorou durante todo o período do Brasil-Colônia foi o mesmo que existia em Portugal, ou seja, as Ordenações Reais, compostas pelas Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e, por último, fruto da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência, as Ordenações Filipinas, que surgiram como resultado do domínio castelhano. Ficaram prontas ainda durante o reinado de Filipe I, em 1595, mas entraram efetivamente em vigor em 1603, no período de governo de Filipe II” (Maciel, 2006).

de origem no continente africano; na organização social estamental que estabelecia rígidas fronteiras hierárquicas entre brancos, herdeiros de colonizadores portugueses, negros escravizados, homens livres destituídos da propriedade da terra e populações indígenas.

Conforme Holoway (1997), a polícia inicia suas atividades, no Rio de Janeiro, basicamente pela repressão aos crimes cometidos por escravos e, em meio a conflitos, acaba substituindo os antigos feitores encarregados de caçar e punir os cativos que fugiam das casas de seus senhores no campo e na cidade. Surge, assim, uma nova instituição de repressão e controle que passou, também, a exercer o papel dos feitores e a atuar com mais veemência no espaço público, policiando as ruas, parando cidadãos suspeitos e a invadir quilombos na capital e no interior.

Ao longo da segunda metade do século XIX, profundas transformações, provocadas pela intensa produção de café para o mercado exportador, produziram rachaduras nesta edificação social e política. Os principais resultados, segundo Adorno (2002, p. 89), foram: a) transferência definitiva do eixo econômico da região Nordeste, cujas atividades produtivas se concentravam na monocultura agroexportadora de açúcar, para a região Sudeste, em especial para o oeste da província de São Paulo; b) substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre em 1888, sobretudo constituída de imigrantes europeus contratados, inicialmente para as lavouras sob regime de colonato e, em seguida, incorporados às oficinas e indústrias recém instaladas, em torno de 1870, na capital da província de São Paulo; c) substituição do regime monárquico pelo de República Federativa em 1889.

## 2.2 SITUAÇÃO DA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Estudos realizados na área da criminologia e também da sociologia concluem que o problema do crescimento da violência e seu combate não é apenas de responsabilidade da polícia e que as estratégias e políticas voltadas para controle e redução não devem ser apenas das polícias, mas envolve outros segmentos do

Estado e outros entes sociais. Surge, assim, a questão: “Prevenir o crime é um objetivo que pode ser alcançado mediante a presença ostensiva dos policiais nas ruas, de tal forma que se crie uma ‘sensação’ de onipresença policial para que os eventuais delinquentes mudem de ideia quanto a realização de atos criminosos?” (ROLIM 2006, p. 21).

A criminologia clássica enfoca o infrator como alvo principal a quem devem ser direcionadas as ações preventivas, tal enfoque se dá por entender que a ameaça da aplicação da pena é o modo mais eficaz de neutralizá-lo, pois segundo Jorge-Birol (2014, apud Molina e Gomes, 1997), “não existe, pois, outro possível destinatário dos programas de prevenção criminal, tendo em vista o protagonismo absoluto que se outorga ao delinquente”. O embasamento desta linha é a clássica abordagem em que a criminalidade é fruto de uma decisão que se baseia na racionalidade humana (teoria da escolha racional), ocasião em que ao considerar o cometimento do crime, o criminoso faz uma comparação quanto ao custo de oportunidade de perpetrar a ação criminosa, calculando o risco, avaliando o benefício de praticar ou não o crime. Nessa consideração, o indivíduo leva em consideração de um lado, o volume da punição pelo ato cometido, incluindo sua prisão e pena, e de outro os potenciais ganhos decorrentes da ação delituosa.

Muito embora a dinâmica da violência, do cometimento de ilícitos penais e crimes, bem como seu enquadramento e tipificação legal guardem similaridade nos estados brasileiros com várias partes do mundo, em decorrência da diversidade brasileira, as matrizes da criminalidade são variadas e suas manifestações também variam de acordo com as regiões do país e dos estados. Por ser múltiplo e diverso, o Brasil termina por ser resistente a soluções uniformes (Soares, 2006, p. 91).

Segundo Adorno (2002), por conta da herança do regime autoritário, a sociedade brasileira vem experimentando, ao longo de pelo menos duas décadas (1980 a 2000), quatro tendências, quais sejam: a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos; b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de

direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais<sup>2</sup>. Segundo o autor, essas tendências, embora guardem estreita relação entre si, situam-se em causas não necessariamente idênticas.

Em Soares (2006, p. 99), o diagnóstico traçado é de que as polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficazes na prevenção e repressão do cometimento de práticas delituosas. Na investigação de crimes cometidos não conseguem apresentar resultados em níveis satisfatórios e não conseguem conquistar a indispensável confiança da população. Contudo, para Saporì (2011), este cenário desalentador e diagnóstico desfavorável, não pode ofuscar o reconhecimento das experiências que têm se mostrado exitosas em alguns estados brasileiros. Embora pontuais, sinalizam a possibilidade do sucesso em meio ao fracasso.

### 2.3 AS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS E O PAPEL DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo Oliveira (2013), a constituição brasileira destina aos órgãos estatais a atividade de segurança pública, registrando no artigo 144 que é “dever do Estado e direito e responsabilidade de todos”. Para a autora, esta definição mostra com muita clareza que, tradicionalmente, sempre coube ao Estado a elaboração das políticas públicas de segurança (pública).

---

<sup>2</sup> Aqui é necessário fazer uma explicação de ordem conceitual. Crime é um conceito jurídico. Diz respeito à violência codificada nas leis penais. Sabe-se, porém, que nem todo fenômeno socialmente percebido como violento é categorizado como crime. Do mesmo modo, há modalidades de violência que, embora codificada como crime, não encontram adequado enquadramento na legislação penal correspondente. Por exemplo, graves violações dos direitos humanos não raro enquadradas como crime comum. Por isso recorro ao conceito sociológico de violência. Segundo Zaluar (1999), ‘violência vem do latim violentiaque remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente’ (Zaluar, 28).

Dentre os requisitos estabelecidos para a garantia de direitos e ao cumprimento dos deveres constituídos nos ordenamentos jurídicos, a segurança da sociedade, constitui-se no mais importante entre todos os requisitos, pois:

*Às instituições ou órgãos estatais, incumbidos de adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, denomina-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delineadas em planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva (CARVALHO & SILVA, 2011).*

Em Bengochea *et al* (2004, p. 119), no Brasil, todo o processo de redemocratização deflagrado a partir da década de 80, iniciou uma série de transformações nas instituições públicas, especialmente nas instituições policiais. Para os autores, tais transformações são decorrentes dos questionamentos feitos pela sociedade brasileira a respeito da real função pública que as corporações policiais devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.

## 2.4 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS REFLEXOS NO AMAZONAS

Os próximos itens discorrem sobre plano e programa nacional de segurança pública, bem como sobre os programas de prevenção da criminalidade no Estado do Amazonas.

### 2.4.1 O Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP (2000)

Registram Carvalho & Silva (2011), sobre o que seria o primeiro plano nacional de segurança pública:

*O governo Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista os desdobramentos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, cria, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), aperfeiçoando-o em 2000, com a instituição do II Programa Nacional de Direitos Humanos, após a IV conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em 1999. Demonstrando disposição em reorganizar o arranjo e a gestão da segurança pública, o Governo Federal, cria, em 1995, no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria de*

*Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), transformando-a, no ano de 1998, em Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), tendo como perspectiva atuar de forma articulada com os estados da federação para a implementação da política nacional de segurança pública.*

Conforme Soares (2007), em meio a uma tímida gestão de um novo momento, a produção do plano nacional de segurança pública era lenta, quando explode em cadeia nacional a ocorrência do ônibus carioca de linha 174.

Para Brasil (2010, p. 4), o presidente Fernando Henrique Cardoso “desengavetou um Plano às pressas a fim de responder às pressões da sociedade civil”.

A dinâmica de prevenção do crime com a utilização de policiamento ostensivo, conforme registra Saporì (2007, p. 59), bem como a investigação e coleta de provas contra possíveis autores para fins de comprovação de cometimento de crimes, culminando com o julgamento, objetivando evidenciar a verdade dos fatos, levando-os à punição, com a prisão dos que forem considerados culpados e devidamente condenados são tarefas que competem ao Estado.

Já no governo Lula, a política de segurança pública surge, em 2001, com a elaboração do Projeto de Segurança Pública para o Brasil, editado pela Organização Não Governamental - ONG Instituto da Cidadania. Tal projeto viria a servir de base para o programa de governo durante a eleição de 2002 (Carvalho & Silva, 2011, p. 63). O objetivo maior era reformar as instituições de segurança pública e implantar o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP para atuar de forma articulada, através de políticas de prevenção, voltadas principalmente para a juventude.

O SUSP trazia em seu bojo a modernização organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública, com a implantação da Segurança Cidadã; sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização das estruturas físicas de unidades funcionais de segurança pública; apoio à implantação de projetos de prevenção da violência; implantação do sistema nacional de gestão do conhecimento e de informações criminais; reaparelhamento



das instituições de segurança pública, bem como apoio à repressão qualificada e a Força Nacional de Segurança Pública.

#### **2.4.2 O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (2007)**

Conforme Soares (2007, p. 91), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o PRONASCI, foi lançado pelo Governo Federal em 20 de agosto de 2007, através da Medida Provisória 384, contendo um conjunto de 94 ações, envolvendo 19 ministérios, contemplando intervenções envolvendo estados e municípios.

Objetivando a implementação do fator integração nas ações voltadas para a segurança pública, o Governo Federal, a partir de 2007, instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o PRONASCI. Tal empreitada estabelecia parceria com os estados da federação, combinando as ações com políticas sociais para a prevenção, controle e repressão à criminalidade, priorizando áreas metropolitanas com altos índices de violência. Nessa perspectiva, foram estabelecidas metas e investimentos que registraram avanços na construção da política pública de reestruturação do sistema de segurança como um todo (Carvalho & Silva, 2011, p. 64).

Segundo Soares (2007), interesses políticos levaram o Governo Federal a aposentar, de forma precoce, os compromissos ambiciosos na área de segurança pública. Conforme registra o autor, o Plano Nacional foi paulatinamente sendo deslocado do centro da agenda do Ministério da Justiça e substituído por ações da Polícia Federal, que passaram à população a mensagem de atividade competente e destemida. Tais operações foram crivadas de questionamentos quanto ao seu caráter midiático e quanto à consistência das mesmas. Restaram, assim, como contribuições mais significativas para a segurança pública, na esfera da União, os esforços envidados pela Senasp em favor da qualificação policial, através de cursos à distância e presenciais.

### 2.4.3 Programas de prevenção da criminalidade no Amazonas

O governo do Estado do Amazonas, como ente federado e integrante do escopo do Plano Nacional de Segurança Pública, patrocinado pelo Governo Federal, na busca pela diminuição dos índices de criminalidade, passou a adotar várias medidas, em face do nível de violência existente, que segundo Santos (2008), comparado a outras capitais brasileiras, encontrava-se num patamar que se pode considerar como aceitável, face às variáveis existentes, como densidade populacional, nível de renda e escolaridade da população, cenário no qual a cidade de Manaus, figurava como produtora de mais de 90% de toda a riqueza produzida no estado, constituindo-se em um polo regional de desenvolvimento, capaz de atrair um número cada vez maior de pessoas e famílias, oriundas do interior de seu território ou de outros estados brasileiros e, até mesmo, de países fronteiriços, bem como de trabalhadores e executivos vindos das mais variadas nações, como a Coréia do Norte, Japão e China, que possuem filiais de empresas de tecnologia de ponta, atraídas pelos incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus.

Em acatamento às diretrizes emanadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, contidas no Projeto Segurança Pública para o Brasil, pode-se afirmar que as principais e mais importantes medidas já enumeradas, para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, foram acatadas e colocadas em prática pelo Estado do Amazonas. No tocante à integração dos órgãos estaduais de segurança pública, bem como nas mudanças de ordem doutrinária e estrutural dos mesmos, pode-se descrever:

- subordinação operacional da polícia civil e militar à Secretaria de Segurança Pública;
- criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, formados por representantes da sociedade civil, delegados titulares dos distritos policiais e comandantes das unidades policiais militares, que receberam a denominação de Companhia Interativa Comunitária (CICOM);
- criação do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas (IESP), que tem como atribuição, coordenar a formação, especialização e

aperfeiçoamento de maneira integrada dos componentes das forças policiais estaduais;

- compatibilização territoriais das áreas forças policiais, que foram divididas nos seguintes níveis:

- nível estratégico - Território de Segurança da Capital – TSC, que englobam o Comando de Policiamento Metropolitano (antigo Comando de Policiamento da Capital - CPC) e Departamento de Polícia Metropolitana da Polícia Civil.

- nível tático - Área de Segurança da Capital, formada por 04 Comandos de Policiamento de Área- CPAs (antigos BPM) e 04 Delegacias Seccionais, que tem subordinação direta sobre as CICOMs e os DPs respectivamente.

- nível operacional- Circunscrição de Segurança da Capital, formadas por 19 CICOMs e 19 Distritos Policiais (DPs), que possuem uma área comum de jurisdição, constituindo o Chamado Distrito Integrado de Polícia (DIP).

No que diz respeito à integração entre as forças policiais, foram tomadas algumas medidas para possibilitar um maior entendimento e engajamento entre os policiais civis e militares. As instalações físicas das Delegacias e Companhias Interativas Comunitárias, foram reformadas e ampliadas, possibilitando que as instituições passassem a ocupar um só espaço físico, tendo como projeto piloto o 5º DIP, no bairro de Santo Antônio, na Zona Oeste da Capital, formado pela 5ª CICOM e 5º DP, ocasião em que a experiência de integração obteve um sucesso além do esperado, onde policiais militares e civis trabalharam juntos e em harmonia, com consequente aumento da operacionalidade, destarte as diferenças de ordem doutrinária existentes, trazendo benefícios diretos para a comunidade local na área de abrangência do referido DIP.

Outras mudanças que ocorreram para a integração dos órgãos estaduais de segurança foram :

- reformulação das Leis Orgânicas das Policias Estaduais: promulgação de nova Lei Orgânica da Polícia Civil, no ano de 2001, que em seu bojo possui mudanças previstas no Projeto Segurança Públicas para o Brasil, como a possibilidade de

Delegados de uma posição hierarquicamente inferior, ocuparem cargos de direção geral, que antes eram privativos dos delegados mais antigos na carreira policial. Promulgação de nova Lei de Organização Básica da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares em 2001;

- criação de uma Corregedoria Unificada, que apesar de criada, ainda está em fase de estruturação física e de pessoal, sendo ainda existentes as Corregedorias de polícia civil e militar das respectivas corporações.
- criação de um programa de Assistência Social nos Distritos Integrados de Polícia - DIP, executado pela Secretaria de Ação Social – SEAS que atendem as ocorrências de natureza eminentemente social;
- criação de um Grupo Unificado de mediação de conflito, grupo este existente anteriormente ao Projeto Segurança Pública para o Brasil, onde ocorrências que dão origem conflitos deverão ser atendidas por policiais civis e militares, com especialização no assunto, que compõem o Gabinete Integrado de Gerenciamento de Crises;
- criação de órgão integrado de informação e inteligência policial, órgão este que funciona subordinado a Secretária de Segurança Pública, composto por policiais militares e civis, o qual viria em 2007, por meio de Lei, denominar-se Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência;
- implantação de policiamento comunitário, cuja doutrina deveria ser adotada pelos Distritos Integrados de Polícia, como modo de ação junto às comunidades de suas respectivas jurisdições;
- redução dos efetivos em funções administrativas, tendo a polícia civil, começado a utilizar estagiários e agentes comunitários de segurança pública, conhecidos por “verdinhos”, devido a cor de seus uniformes e que foram contratados pela Secretaria de Segurança Pública, sendo os mesmos responsáveis em atender e registrar ocorrências nos balcões dos DIPs. A partir de 2012, os agentes foram substituídos por estagiários, estudantes do curso de Direito, possibilitando que os policiais civis fossem empregados na atividade fim da Instituição. Na Polícia Militar, com a criação das CICOMs, possuidoras de um efetivo mínimo na área

administrativa, que foi concentrada nos Comandos de Policiamento de Área (CPAs), houve um aumento de pessoal nas atividades de policiamento ostensivo;

- mudanças nos regulamentos disciplinares, com revisão do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amazonas pela respectiva seção Estado-Maior Geral da Corporação;
- informatização das unidades de polícia com a utilização do geoprocessamento na análise criminal, trabalho este realizado através das informações geradas pelo INFOPOL, Sistema de Informações Policiais, desenvolvido para o monitoramento e análise criminal, onde os delegados e oficiais comandantes acompanhavam as ocorrências registradas nos distritos policiais, servindo como fonte de consulta para o planejamento das ações de polícia. A partir de 2012, o Infopol foi substituído pelo Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP;
- as delegacias foram reformadas, apresentando uma nova fachada mais humanizada. As carceragens foram mantidas, pois é um instrumento necessário à proteção do próprio preso e dos policiais de serviço, onde permanecem o tempo mínimo necessário aos procedimentos cartorários, sendo os presos flagranteados, recolhidos nos estabelecimentos penais do sistema penitenciário;
- a criação de ouvidorias autônomas e independentes, não foi implementada, porém no organograma do Governo do Estado Amazonas, existe uma ouvidoria geral, sem nenhum vínculo com as polícias estaduais;
- criação do programa integrado de saúde mental programa já existente anteriormente ao Plano de Segurança Pública, onde através de lei, é obrigatório, que os policiais civis e militares sejam submetidos periodicamente a exames psicológicos.

Além de todas essas providências de grande monta, programas sociais como PROERD, PREVINE, FORMANDO CIDADÃO, GALERA NOTA 10 foram implementados com vistas à prevenção e à retirada de crianças, adolescentes e jovens de situações de risco, na tentativa de evitar que sejam “cooptados” por organizações criminosas.



## 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE MANAUS

### 3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Desde o período Colonial, Manaus já servia de local de armazenamento comercial para as atividades extrativistas da época, sejam elas “drogas do sertão” ou extração de borracha.

Conforme Maciel e Filippini (2010), só a partir de 1848, quando a vila foi elevada à condição de Cidade e passou a denominar-se Cidade da Barra do Rio Negro, e o Amazonas, à categoria de Província em 1850, a região começou a receber inúmeros estrangeiros como pesquisadores, cronistas e cientistas, com o objetivo de registrar e conhecer as suas diversidades naturais e culturais.

Manáos, Manaós, Manaus. A história do nascimento de nossa capital, tem origem no século XVII, mais precisamente em 1669, época da colonização da Amazônia. As cidades integrantes da Amazônia, que um dia já foram integrantes do poderio espanhol, ao longo de mais de um século, transformaram-se em reservas minerais e extrativistas muito cobiçadas pelos espanhóis (Nascimento 2011).

O Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, seguindo ordens metropolitanas, mandou construir fortalezas em pontos estratégicos da região, a fim de proteger e resistir a qualquer invasão europeia ao vale do Amazonas. Um desses fortes foi o Forte de São José da Barra do Rio Negro, com a capela oferecida a Jesus, Maria e José, construído de forma simples, na beira do rio Negro, a três léguas além do encontro das águas. Ali se reuniram famílias de posses, paisanas, urequenas, manáos, júris, que foram os primeiros habitantes da região militar a quem os carmelitas, pouco depois, se uniram com a bênção de Nossa Senhora da Conceição. Por aqueles anos era apenas o Lugar da Barra, reunindo um pequeno grupo de portugueses, militares autoridades e poucos índios agrupados pelos missionários. (Mendonça, 2014; Nascimento, 2011; Filippini e Maciel, 2010).

Durante a evolução histórica, o lugar foi se transformando, paulatinamente, em Aldeia de São José da Barra, Lugar da Barra do Rio Negro até chegar a ser chamada de Vila de Manáos. Cidade da Barra do Rio Negro e Cidade de Manáos no largo período de 1669 a 1856, indo e vindo com estes nomes por diversos processos políticos, governos, intervenções, juntas governativas, com ou sem o próprio senado da câmara como era designado o grupo de legisladores locais naqueles anos (Mendonça, 2014).

Um marco na história econômica do Estado do Amazonas, especialmente da cidade de Manaus se deu com o período conhecido como Ciclo da Borracha.

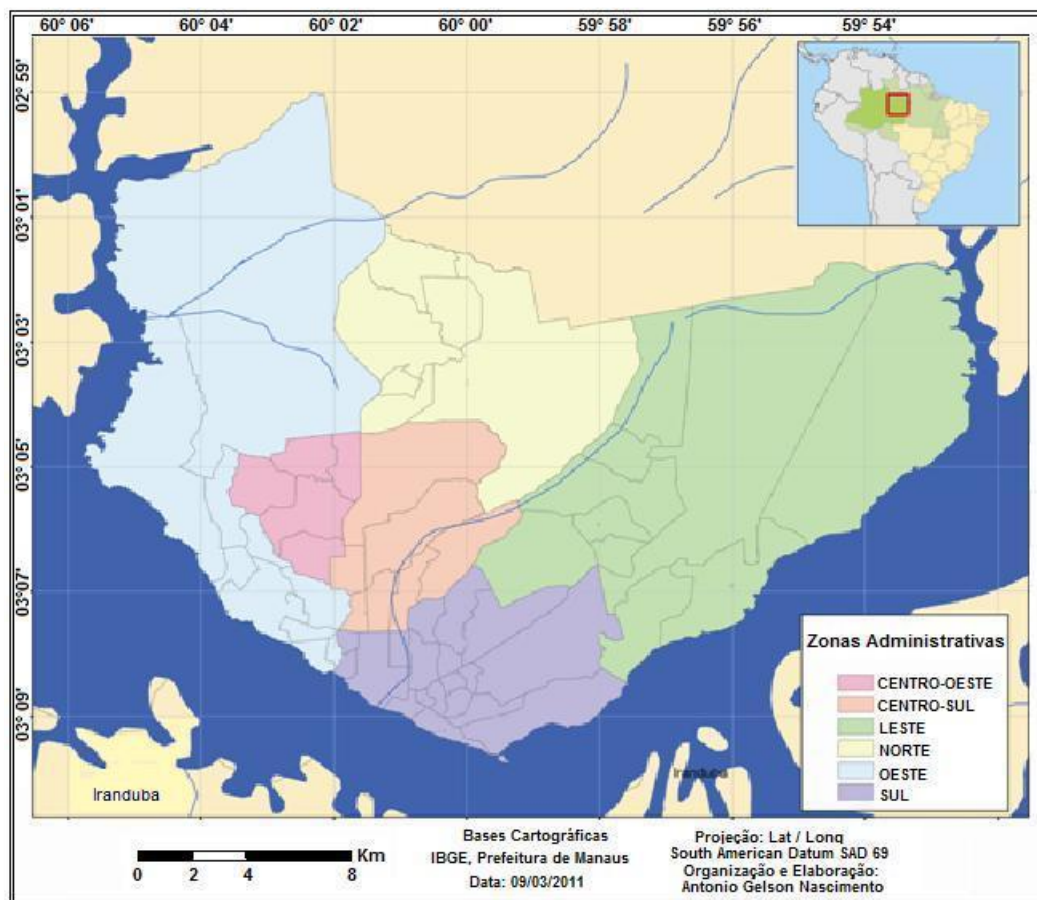
O apogeu econômico da borracha ocorreu entre 1887 a 1912, período em que a pequena sociedade viveu a “*Belle Époque*”, com grandes reformas urbanas, redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação de ruas, circulação de bondes e um sistema de telégrafo (Nascimento, 2011, p. 26).

A partir de 1969, com o advento de implantação da Zona Franca de Manaus, a população foi ingressando na era da indústria, do predomínio do trabalho assalariado e tornou-se mais dependente da política econômica nacional e internacional (Nascimento, 2011, p. 27).

Com uma extensão territorial de 11.401,058 Km<sup>2</sup>, distribuída em sete zonas administrativas (Centro-Oeste, Centro-Sul, Leste, Norte, Oeste, Sul e Rural), a cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas localiza-se na mesorregião centro amazonense situada nas coordenadas geográficas 03°08’01” de latitude Sul e 60°08’34” de longitude Oeste. O município situa-se na planície amazônica, a uma altitude média de 21 metros, na confluência dos rios Negro e Solimões (Nascimento, 2011, p. 22). Para o fim específico de planejamento operacional de policiamento, a divisão da cidade em zonas territoriais leva em consideração apenas as 6 áreas administrativas, desconsiderando a Zona Rural, conforme pode ser visualizado na figura 01.



**Figura 01 - Mapa do Município de Manaus e sua localização no território brasileiro, segundo Zonas Administrativas e bairros**

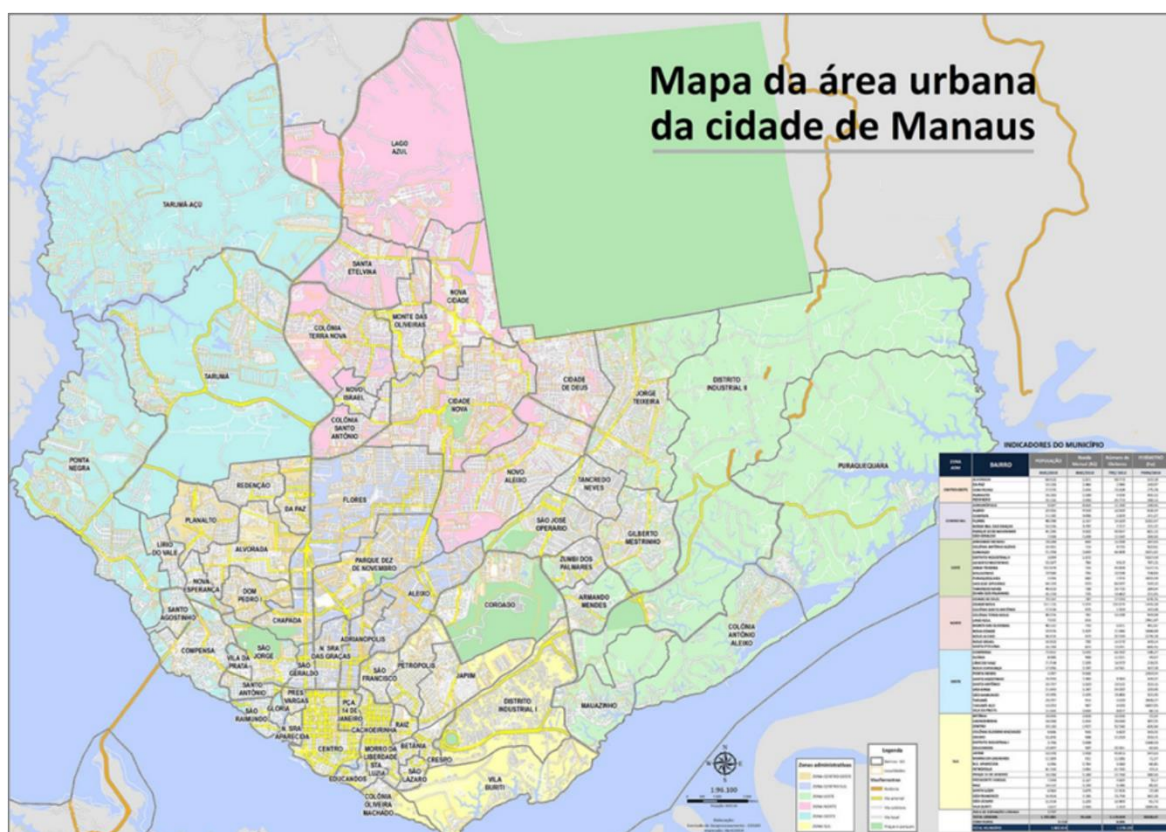


Fonte: Adaptado de Nascimento, 2011

Com a promulgação da Lei 1.401, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação e divisão dos bairros de Manaus, a cidade passa de 56 para 63 bairros (Figura 02).

A Região Metropolitana de Manaus é formada pelos municípios de Presidente Figueiredo, Careiro, Iranduba, Rio Preto da Eva, Novo Airão e Manacapuru, sendo os 5 primeiros limítrofes.

**Figura 02 - Mapa do Município de Manaus, com a divisão de bairros.**



Fonte: Seplan/AM

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo do ano de 2010, a população de Manaus que era de 1.802.014, encontrava-se distribuída de forma bastante heterogênea. Há uma concentração populacional nas Zonas Leste e Norte, com mais densidade populacional nos bairros Jorge Teixeira, Zona Leste, com uma população de 112.879 pessoas; Cidade Nova, Zona Norte, com 121.135 pessoas; Novo Aleixo, Zona Norte, com 96.611 moradores.

### 3.2 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS

Manaus alcançou o patamar de principal centro financeiro, corporativo e econômico da região norte, sendo a que possui a 2ª maior região metropolitana da região norte e a 12ª cidade mais populosa do Brasil.

Em 2014, segundo estimativa populacional calculada pelo IBGE, a população de Manaus teve um acréscimo de 38.122 pessoas, o que representa um crescimento de 1,9%, comparado ao ano de 2013 (1.982.179 habitantes). A capital ocupa a 7ª posição entre as cidades mais populosas do Brasil, com uma população estimada em 2.020.301 habitantes.

Manaus apresenta-se no cenário nacional como a 6ª capital mais rica do país, com um Produto Interno Bruto - PIB de R\$ 51.025.146.000,00.<sup>3</sup>

Possui a maior frota de veículos do norte do país, chegando a 516.632 veículos circulando, com uma média de crescimento que varia entre 9% e 10% ao ano.<sup>4</sup>

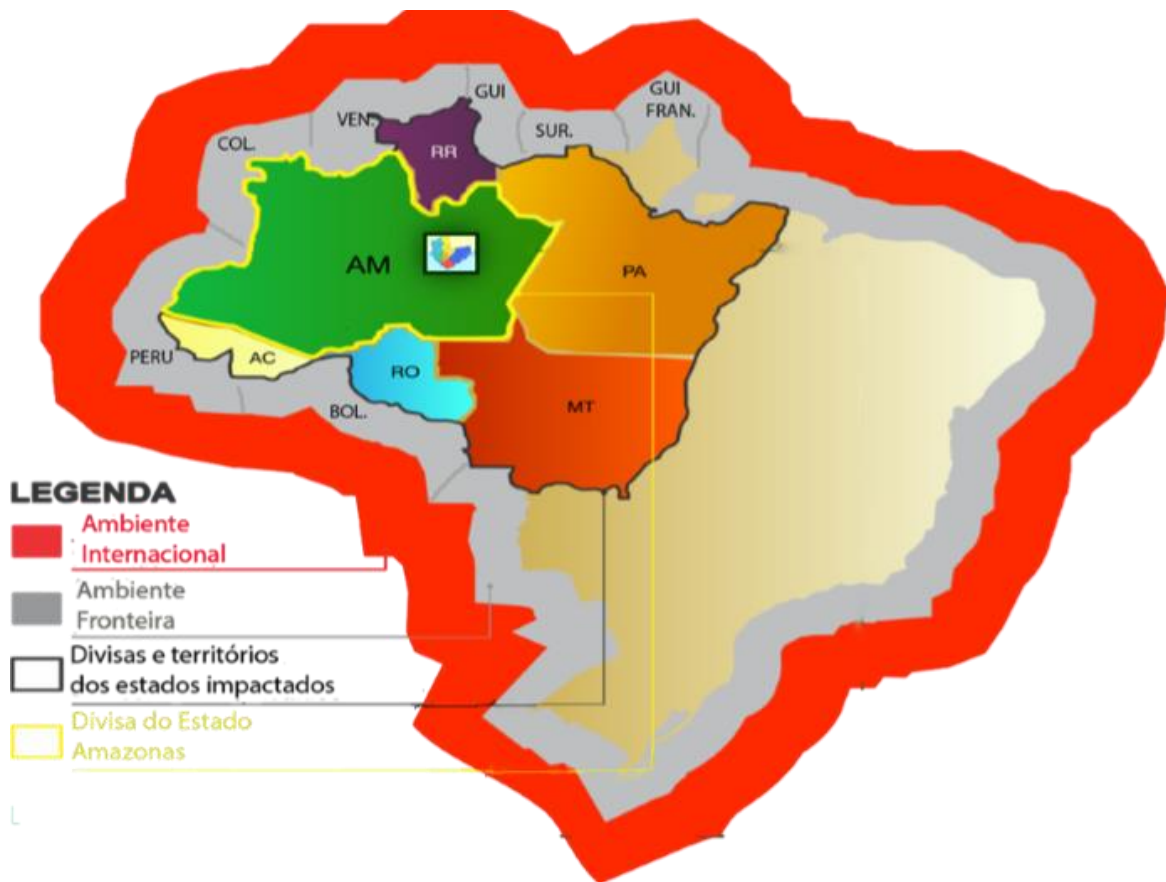
Além dos aspectos já mencionados, Manaus apresenta outras características relacionados à sua localização geográfica, posição estratégica no contexto regional, nacional e internacional que tornam a questão *segurança pública* um fator complexo e que exige atenção especial quanto ao seu planejamento, desenvolvimento e operacionalização.

A Figura 03 permite uma observação do espectro de segurança que envolve a cidade de Manaus, a partir de sua localização e posicionamento geográfico em relação aos outros municípios do estado, as divisas com outros entes da federação e fronteiras com outros países da América do Sul, demonstrando que há uma complexidade diferenciada decorrente de tais aspectos.

---

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes em 2011, segundo o IBGE.

<sup>4</sup> Enquanto Belém comporta 39% da frota do Pará, de mais de um milhão de veículos, Manaus comporta 85,5% da frota de todo o Amazonas, que é de 604.319. (Detran/Am).

**Figura 03 – Espectro de Segurança da cidade de Manaus**

Fonte: Plano Tático Integrado das Ações de Segurança para a Copa do Mundo Fifa 2014. SEASGE/SSP/AM

## 4 CONTROLE E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MANAUS: OS MODELOS CICC E CIOPS

Este capítulo vai descrever o processo histórico organizacional das estratégias de controle e prevenção da criminalidade, com ênfase no modelo de comando e controle operacional. Importante será dissertar sobre o momento inicial da adoção de medidas táticas que vão ensejar o surgimento do CIOPS.

### 4.1 MODELO CICC: HISTÓRICO

Os Centros de Comando e Controle surgiram nos idos de 1940, durante a II Guerra Mundial com o objetivo de possibilitar a unificação do comando das forças aéreas, navais e terrestres de países envolvidos em guerras ou em suas operações (Priel Neto, 2012; Coli, 2011).

Na segurança pública, ou mais precisamente na atividade policial, Comando e Controle passa a ser um importante incremento com a criação da Comissão presidencial de Policiamento e Administração da Justiça, em 1967, nos Estados Unidos que defendia o aprimoramento da tecnologia policial como um meio de controle do crime, cujo discurso era que o uso de tecnologia reduziria o tempo de processamento, aceleraria o apoio da polícia e aumentaria as prisões. A *Law Enforcement Assistance Administration* - LEAA,<sup>5</sup> considerou esta premissa como de extrema importância, assim no início da década de 70, financiou sistemas computadorizados de Comando e Controle, dando ênfase à centralização das comunicações (Manning, 2003).

Podem ser definidos, ainda, numa construção mais contextualizada à realidade brasileira, composta pelo planejamento das ações de segurança voltadas as atividades desportivas que serão protagonizadas em solo brasileiro como a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, cuja sistematização e diretrizes

---

<sup>5</sup> uma tradução livre para a língua portuguesa seria Administração do Auxílio ao Policiamento

operacionais é de responsabilidade da Secretaria extraordinária de Grandes Eventos – SESGE, do Ministério da Justiça:

*Comando e controle é a atividade de emitir ordens para executar ações e estabelecer métodos para o controle do cumprimento das ordens emitidas, bem como acelerar o ciclo de tomada de novas decisões para emissão de novas ordens, a partir das observações coletadas (Brasil, 2010b).*

## 4.2 TIPOLOGIA: DE C2 A CICC

Militar desde sua origem, o modelo inicial de Centro de Comando e Controle servia para possibilitar comando único das forças aéreas, terrestres e navais das tropas das nações em guerra. Ao longo dos anos, à medida que novas tecnologias eram descobertas, possibilitando a produção de novas ferramentas, os centros de comando e controle foram sendo aperfeiçoados, adotando novas tipologias à medida que foram recebendo os incrementos característicos decorrentes de inovações tecnológicas, logísticas e operacionais.

Inicialmente a sigla **C2**, foi usada como designativo de “Comando e Controle”, conceituada assim desde a época da Guerra Fria. Evoluiu para: **C3I**, designando “Comando, Controle, Comunicações e Inteligência”. Passando a ser definida como **C4I**, ocasião em que o computador passou a integrar a estrutura e, posteriormente, para **C4ISTAR** (Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância, Aquisição de dados e Reconhecimento) no Reino Unido ou **C4ISTR** nos Estados Unidos da América, agregando os termos vigilância, aquisição de dados e reconhecimento (Priel Neto, 2012).

O Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, tal como foi concebido pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2010a), é uma estrutura que se possibilita a integração dos serviços de vários órgãos, no caso específico de um aparato de defesa social, onde se realizam ações conjuntas, cooperativas e com caráter gerencial horizontalizado.

O modelo de Comando e Controle associa-se intrinsecamente ao conceito de liderança situacional, cuja metodologia é oriunda das melhores práticas internacionais de Centros de Comando e Controle e compreende a atribuição de

direitos de decisão sobre a aplicação de recursos, capacidades organizacionais nos serviços e operações desenvolvidas, na forma de rede integrada (BRASIL, 2010a).

O envolvimento das diversas forças de segurança, defesa e socorro – no âmbito federal, estadual e municipal – e das diversas atividades afins nas ações e operações de segurança exigem a adoção de inovadores conceitos e práticas, com atuação integrada, transversalidade e, principalmente, o entendimento, assimilação e a prática acertada da liderança situacional (BRASIL, 2010b).

O formato gerencial de liderança situacional<sup>6</sup> não corresponde à subordinação orgânica de um órgão por outro componente do Sistema de Segurança Pública, e sim, constitui-se, representativamente, nas capacidades das organizações envolvidas de atuarem de forma harmônica, cooperativa e coordenada, observando as suas competências constitucionais e legais, e suas singularidades, privilegiando o sucesso da missão, o bem-estar social e a coletividade.

A definição do líder situacional se projetará à competência constitucional e atribuição legal para encaminhar e solucionar determinado incidente, considerando a natureza principal do evento, não obstante o envolvimento parcial de demais organismos, pelo princípio da responsabilidade compartilhada. A partir do estabelecimento de tal liderança, todas as demais organizações atuarão de forma coordenada e cooperativa para a solução e encerramento do incidente.

A prática dos termos de liderança situacional e comando e controle serão validadas por protocolos operacionais e estratégicos que subsidiarão a atuação harmônica, convergente, eficiente, eficaz e efetiva das Instituições do Sistema de Segurança Pública, mediante a eliminação de possíveis conflitos de competência ou missão, respeitando à heterogeneidade e especificidades dos mesmos.

A operacionalização do princípio de liderança situacional agregado ao de responsabilidade compartilhada fortalecerá o Sistema de Segurança Pública

---

<sup>6</sup> Entendimento ajustado sobre a identificação do órgão responsável pela principal resposta na gestão de segurança de um incidente, observando-se sua atribuição legal e capacidade humana, técnica e logística. A identificação do órgão com liderança situacional ocorre a partir da verificação da atividade que neutraliza uma ameaça (incidente). Os demais, embora, indispensáveis, são apoiadores, eis que suas atividades, *per se*, não fazem cessar o incidente (Plano Tático Integrado para Operação Copa do Mundo FIFA 2014 - SESGE/MJ.)

Estadual, como mais uma prática de gestão com foco na integração, na pronta-resposta e na qualidade dos serviços prestados.

No Estado do Amazonas, aprovou o Governo do Estado, deliberar a criação de uma Secretaria Executiva Extraordinária de Segurança Integrada para Grandes Eventos, a SEASGE, órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, a qual foi instituída pela Lei 3.946, de 09 de outubro de 2013.

*Art. 1.º Fica criada, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e inserida na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, a SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE SEGURANÇA INTEGRADA PARA GRANDES EVENTOS - SEASGE, com a finalidade precípua de sistematizar, integrar e coordenar o planejamento e operacionalização das ações de segurança pública para Grandes Eventos, no âmbito do Estado do Amazonas, desenvolvidas pela Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento Estadual de Trânsito e órgãos integrantes da estrutura orgânica da SSP. Lei 3.946, de 9 de outubro de 2013.*

Cabe registrar que tanto o modelo de Centro Integrado de Operações - CIOPS, quanto o modelo de Centro Integrado de Comando e Controle – CICC não são excludentes entre si, mas complementares, possibilitando uma atuação concomitante, integrada e com atribuições escalonadas.

#### 4.3 O MODELO EMBRIONÁRIO DE COMANDO E CONTROLE NO BRASIL

Na segurança pública brasileira, a gênese da dinâmica de Comando e Controle está diretamente relacionada ao serviço de policiamento ostensivo, motorizado, realizado pelas Rádio Patrulhas, modelo cujo controle e despacho das viaturas para atendimento de ocorrências policiais, era feito a partir de uma central de comunicações. Em São Paulo, através do Decreto 7.299, de 05 de julho de 1935, é criado o Departamento de Comunicações e Serviços de Radiopatrulha da Secretaria de Segurança Pública, o qual era provido de 18 furgões e, suas guarnições, constituídas de Investigadores de Polícia, Rádio-telegrafistas, Guardas Cíveis e componentes da Força Pública. Tem início, assim, a utilização de rádios nas viaturas e surge então o Sistema Motorizado de Policiamento Urbano, o qual se



mostraria como o sistema ideal pela sua mobilidade e reduzido número de homens empregados.

Em 1968 pelo Decreto 50.300, de 02 de novembro, através de seu artigo 5º são transferidos o planejamento e execução do Serviço de Radiopatrulha à Força Pública que

*passa a operar com o nome genérico de Controle de Rádio-Patrulha (CORP), com pessoal especializado e sob o comando de Oficiais da Força Pública, ainda vinculado ao Centro de Comunicações da SSP (CCOSSP). Continua funcionando, a título precário, junto ao Serviço de Comunicações da Polícia Civil (no DEIC). Em 06 de dezembro de 1971 é inaugurado o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), sendo instalado no prédio do Quartel do Comando Geral. É dotado de um telefone com 20 troncos sequenciais, atendendo através do número 227-3333. O registro das solicitações é todo feito manualmente pelos atendentes e lançado em formulários pré-formatados, os quais, após preenchidos, eram retirados por um estafeta que efetuava a distribuição, de acordo com a região, às cabinas de rádio (PRIEL NETO, 2013).*

Em Minas Gerais, através do Decreto – Lei nº 1072, de 30 de dezembro de 1969, o policiamento ostensivo passou a ser executado exclusivamente pela Polícia Militar de Minas Gerais, ocasião em que o serviço de rádio patrulhamento também começou a ser executado na cidade de Belo Horizonte, percebendo-se, assim, a necessidade de existência de uma Unidade operacional responsável pela coordenação e o controle dos recursos humanos e materiais empregados e, assim, em 1969 passou a funcionar o embrião do Centro de Operações Policiais Militares -COPOM/BH. Em 19 de maio de 1976, o Centro de Operações Policiais Militares – COPOM foi oficialmente criado a partir da Resolução nº 387.

No Estado do Amazonas, a partir de 1966, sua capital Manaus já experimentava a agitação provocada pelo crescimento do comércio local protagonizado pela Zona Franca. Desta forma, a Polícia Militar que na época adotava o policiamento a pé, através de duplas de policiais militares, conhecidas desde então como “Cosme e Damião”, já se ressentia quanto aos efeitos preventivos e repressivos deste tipo de atividade policial, necessitando, assim, fortalecer o policiamento na cidade. Em junho de 1972, pelas mesmas razões estratégicas e operacionais de outros grandes centros do país, o Comando Geral da Polícia Militar, na pessoa do Coronel

Paulo Figueiredo, inaugura o Quartel da Companhia de Rádio Patrulha – Cia P RP. Segundo Mendonça (2010), a recente Organização Policial Militar que

*constituída de prosaicos automóveis VW, os simpáticos Fuscas, operados por dois patrulheiros e dotados de um sistema de rádio bem elementar. O quartel primitivo estava localizado na av. Duque de Caxias, ao lado da Maternidade Balbina Mestrinho (na ocasião, mudado para Ana Nery). Ocupava um aquartelamento bem simples, elaborado na prancheta do próprio comandante Figueiredo (MENDONÇA, 2010).*

A figura 04 apresenta a foto do Quartel da Rádio Patrulha que, em 1975, situava-se na Avenida Duque de Caxias.

**Figura 04 – Quartel da Rádio Patrulha, em 1975**



Fonte: Coronel Roberto (2010).

Com a implantação desta nova modalidade de policiamento, as ocorrências eram coordenadas pelo Centro de Operações Policiais – COP que as repassava, via rádio, para as viaturas.

O modelo de rádio patrulhamento como era concebido à época, foi extinto em 1988, sendo substituído por outros tipos de policiamento, conforme a evolução da doutrina quanto ao emprego de viaturas no policiamento ostensivo. Contudo, a ideia de um centro de comando e controle, para coordenação do emprego de viaturas

para o atendimento de ocorrências permaneceu e seguiu o modelo utilizado nos outros estados, instituindo, assim, o Centro de Operações Policiais Militares – COPOM. Vale ressaltar que cada órgão componente do sistema de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militares) tinha seu respectivo centro de operações.

Exatamente 10 anos depois da extinção do modelo de policiamento com Rádio Patrulhas, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas passou a adotar o modelo de Centro integrado de Operações de Segurança – CIOPS, concentrando, no mesmo espaço físico, os centros operacionais existentes nas Polícias e Corpo de Bombeiros. Nesta ocasião, o modelo que serviu como referência foi o CIOPS do Estado do Ceará:

*Criado em 12 de agosto de 1998, pelo Decreto nº 25.133, Como parte integrante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Social. Inaugurado oficialmente em 22 de janeiro de 1999, com o nome de Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS. Vem durante estes anos integrando diversas Instituições de atendimento emergencial, a saber, a Polícia Militar do Ceará, o Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, a Polícia Civil do Ceará, Polícia Rodoviária Federal, Perícia Forense do Ceará, a Guarda Municipal de Fortaleza, a Defesa Civil do Estado e de Fortaleza, o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU), Sindionibus e a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza.*

As figuras 05 e 06, mostram como era a estrutura de atendimento emergencial 190 e 193, bem como eram distribuídas as estações de trabalho de despacho e controle de viaturas no ano de 2000.

Neste ano os órgãos que compunham o Centro Integrado de Operações - CIOPS, já se faziam representar, num mesmo ambiente, interoperando com outros órgãos de defesa do cidadão, no atendimento de ocorrências emergenciais e policiais.

As figuras 07 e 08, mostram como as estruturas de atendimento emergencial 190 e 193 ficaram, quando da reinauguração do CIOPS, após a reestruturação física, lógica e operacional em 2013.

**Figura 05 – Atendimento Sistema Emergência 190 – CIOPS, em 2000**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

**Figura 06 – Controle e Despacho de Viaturas – CIOPS, em 2000**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

**Figura 07 – Atendimento Sistema Emergência 190 – CIOPS, em 2013**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

**Figura 08 – Controle e Despacho de Viaturas – CIOPS, em 2013**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

#### 4.4 MODELO CIOPS: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, o CIOPS, tem seu marco legal regulado pela Lei Delegada nº 79, de 18 de maio de 2007, cabendo-lhe a missão de integrar as ações das

Polícias Militar e Civil, e do Corpo de Bombeiros Militar para atendimento de ocorrências, através do 190, 193 e 199, respectivamente, solicitadas pela população e centralizar as informações decorrentes deste serviço para subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e a efetiva ação destes órgãos, contribuindo para maior agilidade no atendimento ao cidadão e para consequente melhoria da ordem pública em defesa da coletividade.

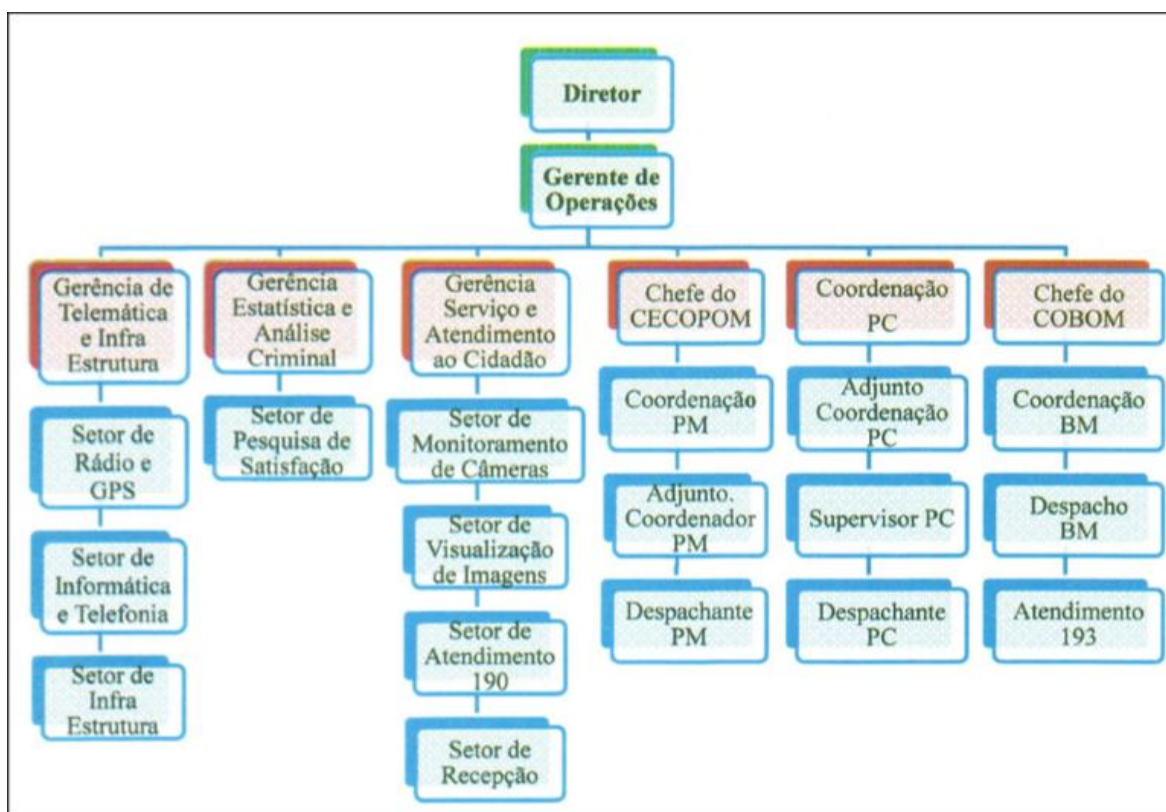
Para Furtado (2002), a filosofia de um Centro Integrado de Operações de Segurança é fundamentada na ideia de integrar as ações de segurança de todos os órgãos envolvidos na operação, ou seja, atuar em um mesmo espaço físico, de forma integrada, realizando de forma complementar e harmônica as atividades que configuram o atendimento de emergência, racionalizando o uso dos recursos e obtendo uma maior eficácia. Esta prática foi adotada em vários estados brasileiros que vislumbraram, no modelo centralizado e integrado, a melhoria das ações para atendimento de ocorrências, controle e despacho de viaturas, conforme discorre Colli (2011) que registra o início das operações, no Estado de Minas Gerais, a partir de 2003, quando, em um único, centro as ações dos órgãos de defesa social do estado passam a interoperar a partir, também, de um único sistema (SIDS).<sup>7</sup>

O CIOPS está organizado estruturalmente em uma Direção Geral, cargo ocupado por um Oficial da Polícia Militar, do Posto de Coronel. Desdobra-se, ainda, em Gerência de Telemática, Gerência de Estatística, Gerência de Serviço de Atendimento ao Cidadão, Chefe do CECOPOM, Chefe do CECOBOM e Coordenação de Polícia Civil, cujo organograma está apresentado na figura 09.

---

<sup>7</sup> Modelo de gestão que integra sob a coordenação da Secretaria de Estado de Defesa Social, os órgãos responsáveis pela segurança da população, abrangendo outros órgãos e instituições além das polícias, como por exemplo o Ministério Público estadual, a Defesa Civil, dentre outros.

**Figura 09 – Estrutura atual do Centro Integrado de Operações de Segurança.**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

#### 4.4 NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Subordinado operacionalmente ao Secretário Executivo Adjunto de Segurança Pública, o CIOPS é integrado por servidores da Polícia Militar, os quais compõem o Centro de Comunicações Policiais Militares – CECOPOM, que por sua vez é chefiado por um oficial superior da Polícia Militar, do posto de Major ou Tenente Coronel. Policiais Civis que atuam sob uma Coordenação de Polícia Civil, cujo titular é um Delegado de Carreira daquela Instituição. Os membros Corpo de Bombeiros Militar integram o Centro de Comunicações – CECOBOM, o qual é chefiado por um Oficial Superior do Corpo de Bombeiros Militar, do posto de Major ou Tenente Coronel. Integram, também, o corpo técnico-operacional do CIOPS, servidores civis da Secretaria de Segurança Pública, que por sua vez atuam no atendimento emergencial 190 e Monitoramento por câmeras de Segurança.

Considerado o coração da Segurança Pública, o CIOPS, agrega os principais serviços emergenciais oferecidos à população do Amazonas. Além do atendimento de chamadas emergenciais, para o sistema 190/193 (Polícia e Bombeiros), uma ampla rede de comunicação digital mantém todos os órgãos de segurança interconectados, permitindo, inclusive a interligação do CIOPS a subsistemas de serviços exclusivos como os de atendimento a taxistas (SERTAXI), condomínios (SEAC) e Shopping Centers (SERSHOPPING), além do monitoramento das atuais 252 câmeras de vigilância de Manaus.

A figura 10 apresenta o Centro Integrado de Operações de Segurança que foi reinaugurado em 16 de fevereiro de 2012.

**Figura 10 – Centro Integrado de Operações de Segurança**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

Como parte da implantação do programa Ronda no Bairro e do processo de reestruturação do sistema de segurança pública, o Centro Integrado de Operações passou, em 2012, por reforma e ampliação, o que possibilitou que a capacidade



operativa fosse duplicada, tornando possível o controle de todas as ações do programa Ronda no Bairro, inclusive do projeto Copa do Mundo de 2014, da qual Manaus foi uma das subsedes brasileiras. Dentro da reforma, ocorreu a expansão e modernização do sistema de radiocomunicação digital, ampliação do serviço de monitoramento por câmeras de segurança, desenvolvimento e hospedagem do Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP, elevando a capacidade operativa do CIOPS, que antes era apenas de coordenação, potencializando o exercício de ações de comando e controle.

A Sala de Controle foi dotada com um vídeo Wall com 30 (trinta) Monitores de 50 polegadas cada (Figura 12), capaz de reproduzir em tempo real, imagens separadas ou em bloco, em substituição aos monitores anteriormente instalados (Fig. 11).

**Figura 11 – Sala de Vídeo monitoramento de Segurança, CIOPS, 2011.**



Fonte: CIOPS/SSP/AM

Equipado com tecnologia de ponta, o vídeo monitoramento passou a ser uma ferramenta importantíssima para a coordenação e comando das ações policiais desenvolvidas no terreno propriamente dito.

O Sistema de monitoramento por câmeras de segurança também recebeu o aporte tecnológico que possibilitou a visualização de imagens em tempo real, através da instalação de um Vídeo Wall dotado de 24 (vinte e quatro) telas, com 50 polegadas cada, permitindo visualizar todas as câmeras instaladas na cidade de Manaus (ver figura 10), em substituição aos monitores anteriormente instalados (ver figura 11).

**Figura 12 – Sala de Vídeo monitoramento de Segurança, CIOPS, 2013.**



Fonte: CIOPS/SSP

#### 4.5 MODELO CIOPS: DINÂMICA OPERACIONAL

No apoio às operações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil, modernas ferramentas de tecnologia estão disponibilizadas. Além do sistema de

comunicações via rádio, que permite a comunicação entre os órgãos de segurança, o atual Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP, permite o acompanhamento de uma ocorrência policial desde o seu início, seja por uma ligação telefônica para o sistema 190 ou 193, seja por uma solicitação feita ao próprio policial na área de serviço.

As ocorrências registradas, originam-se pelas chamadas telefônicas ao serviço emergencial 190/193, ou para as viaturas de patrulhamento do serviço policial Ronda no Bairro, pela visualização das imagens geradas pelas câmeras do sistema de monitoramento ou, ainda, pela solicitação direta da população a uma viatura que esteja em patrulhamento.

O monitoramento por câmeras permite acompanhar a visualização de vários pontos da cidade de Manaus, em tempo real, constituindo-se, assim, em uma poderosa ferramenta capaz de prevenir o cometimento de ilícitos penais, bem como constituir prova, haja vista a gravação das ocorrências.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 FONTE E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes dos bancos de dados do Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS, os quais referem-se aos registros de chamadas emergenciais realizadas através do sistema 190/193.

Estes registros de chamadas emergenciais, bem como os que geraram ocorrências policiais foram submetidos a uma análise exploratória dos dados, a qual permitiu observar uma grande quantidade de chamadas emergenciais para o serviço policial e uma maior quantidade de ligações telefônicas que se tratavam apenas de solicitações de informações diversas que não exigiam a utilização de serviços policiais.

Dentre as chamadas emergenciais recebidas para o serviço, observou-se que em torno de 10% geraram ocorrências policiais. Tais *Ocorrências Geradas*, constituíram-se no objeto de estudo desta dissertação, e foram categorizadas em dois grupos, conforme o Quadro 01.

O primeiro grupo, passou a agregar todas as ocorrências que foram atendidas operacionalmente, *com* ou *sem* atuação policial. O segundo, as ocorrências geradas, mas "*Não atendidas*", devido ao cancelamento da chamada pelo solicitante, a indisponibilidade de viaturas e a falta de informações suficientes para o atendimento.

## Quadro Metodológico

### Quadro 01 – organização dos dados, segundo os grupos de atendimento de chamadas emergenciais

<b>CHAMADAS EMERGENCIAIS PARA O SERVIÇO</b>			
(Todas as ligações telefônicas atendidas pelo operador plantonista do CIOPS)			
<b>OCORRÊNCIAS GERADAS<sup>1</sup></b>	1. ATENDIDAS	1.1 COM ATUAÇÃO POLICIAL	<i>Resolvidas no local</i>
		1.2 SEM NECESSIDADE DE ATUAÇÃO POLICIAL	<i>Fuga dos infratores Ocorrência Repetida Trote Nada a registrar</i>
		1.3 REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS	<i>SAMU SEMMAS DERFV IML PERÍCIA de Tratamento Psiquiátrico Vistoria Técnica (CBMAM) SPA Outros órgãos</i>
		1.4 CONDUZIDAS AOS DIPs <sup>2</sup>	<i>Ato Infracional Flagrante Termo Circunstânciado de Ocorrência (TCO)</i>
	2. NÃO ATENDIDAS	2.1 SEM ATUAÇÃO POLICIAL	<i>Cancelada pelo solicitante Indisponibilidade de viaturas dados insuficientes para o atendimento</i>

Fonte dos dados básicos: CIOPS/SSP/AM

NOTA: <sup>1</sup> São todas as chamadas atendidas pelo operador do CIOPS, que geraram ocorrências policiais.

<sup>2</sup> Ocorrências atendidas e conduzidas aos Distritos Integrados de Polícia - DIPs.

O primeiro grupo contendo os dados das ocorrências atendidas, foi desagregado em 4 subgrupos: com atuação policial; sem necessidade de atuação policial; repassadas a outros órgãos e conduzidas aos DIPs.

O primeiro subgrupo de ocorrências atendidas teve, como ação correspondente, a resolução no próprio local de ocorrência.

O segundo, conteve os dados das ocorrências atendidas, mas sem necessidade de atuação policial devido a *Fuga dos Infratores, Ocorrências registradas repetidamente, Trotes e Nada a registrar*. Ressalte-se, contudo, que embora essa categoria indique que não houve necessidade de atuação policial, em todos os casos houve a atuação do sistema de segurança, por meio do CIOPS, na aplicação

de procedimento padrão de segurança, efetivado através do atendimento das chamadas e emprego do aparato policial.

O terceiro subgrupo, foi composto pelos dados das ocorrências atendidas, cujo procedimento padrão estabelecido pelo CIOPS para resolução, prevê o encaminhamento e repasse para outros órgãos como SAMU, SEMMAS, DERFV, IML, PERÍCIA, órgãos de tratamento psiquiátrico, vistoria técnica pelo CBMAM, SPA, entre outros.

O quarto subgrupo foi composto pelos dados das ocorrências atendidas, as quais foram conduzidas aos Distritos Integrados de Polícia – DIPs. Nestes casos, estas ocorrências, conforme a natureza do fato delituoso, recebe da autoridade policial (o Delegado), o devido enquadramento e tipificação penal, cujo procedimento cartorário de polícia judiciária, produz um Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO, ou um Auto de Prisão em Flagrante Delito, ou apenas o registro do Ato Infracional, necessários para apuração dos fatos e posterior apreciação e/ou julgamento pelo sistema judiciário.

Vale ressaltar que todos os registros de atendimento de chamadas para o serviço, realizados através do sistema 190/193 são, em tempo real, inseridos no banco de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, cuja funcionalidade permite acesso, pelo usuário, em qualquer órgão do sistema de segurança pública, configurado para isto. Desta forma o registro da ocorrência fora iniciada no CIOPS, atendida pela guarnição policial no local e, em seguida, conduzida ao DIP da área de circunscrição, recebe o incremento de informações complementares, necessárias à elaboração do Ato Infracional, ou Termo Circunstanciado de Ocorrência ou Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Seguindo a classificação proposta pela metodologia científica, conforme Lakatos (2001) e Vergara (2000), no que se refere à classificação da pesquisa científica, esta pesquisa, quanto ao *fim*, considera-se *investigativa explicativa*, pois busca esclarecer quais fatores contidos nas dinâmicas operacionais do Centro integrado de Operações de Segurança podem contribuir para a prevenção da criminalidade na cidade de Manaus.

Quanto aos meios de investigação utilizados, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, pela consulta a diversas obras literárias a respeito do tema em questão e telematizada pela realização de pesquisa em meios que associam o uso de computador e telecomunicações.

## 5.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados a serem analisados para verificar a dinâmica operacional do CIOPS nas estratégias de prevenção da criminalidade na cidade de Manaus são os registros configurados como *Ato Infracional*, *Flagrante* e *TCO*, exclusivamente aqueles provenientes de ocorrências geradas e atendidas pelo CIOPS, através do sistema 190/193 e posteriormente encaminhados aos DIPs.

Todas as ocorrências registradas no Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, como ocorrências *RESOLVIDAS NO LOCAL*, tratam-se de ocorrências que deram entrada pelo sistema emergencial 190/193, através de uma ligação telefônica. Estas ligações, após atendidas, foram registradas no sistema SISP e em seguida, como ação correspondente, resultaram no despacho de uma viatura para atendimento da ocorrência em andamento, a qual teve resolução no próprio local do fato, sem a necessidade de deslocamento a um DIP ou outro setor público ligado à segurança pública.

Ocorrências registradas como *FUGA DE INFRATORES*, são as ocorrências que deram entrada pelo sistema emergencial 190/193, através de ligações telefônicas, que após atendidas foram repassadas ao setor de controle e despacho de viaturas, com o devido registro no sistema SISP, resultando no atendimento por meio do deslocamento de uma viatura com uma guarnição de policiais, que no local da ocorrência constatou a evasão dos infratores. Nestes casos a(s) vítima(s) e demais partes envolvidas são orientados a realizarem o registro no DIP da área de circunscrição.

Registros verificados como *OCORRÊNCIA REPETIDA*, são as ocorrências que deram entrada pelo sistema emergencial 190/193, através de ligações telefônicas, as quais foram atendidas, em seguida repassadas ao setor de controle e despacho de viaturas e registradas no sistema SISP, resultando no deslocamento de uma

equipe de policiais, em viatura, para atendimento e, simultaneamente, constata-se, outro registro de chamada realizado, reportando a mesma situação, ou ainda o acionamento de outra viatura para o atendimento da mesma ocorrência. Nestes casos a coordenação operacional do CIOPS constata a duplicidade do registro.

Ocorrências registradas como *TROTE*, são ocorrências que deram entrada pelo sistema emergencial 190/193, através de ligações telefônicas, as quais foram atendidas e, na sequência, repassadas ao setor de controle e despacho de viaturas, que realiza o registro no sistema SISP, resultando no deslocamento de uma viatura para atendimento, sendo constatado pela guarnição de serviço no local da ocorrência que a chamada tratava-se de uma falsa comunicação de ocorrência, o chamado “trote”.

Há, ainda, o registro de ocorrências configuradas como *NADA A REGISTRAR*. Estes casos referem-se às ocorrências que deram entrada pelo sistema emergencial 190/193, através de ligações telefônicas, as quais foram atendidas, em seguida repassadas ao setor de controle e despacho de viaturas, sendo registradas no sistema SISP, resultando no deslocamento de uma viatura policial para atendimento, que no local da ocorrência constatou-se qualquer alteração da ordem pública, mas que não houve nenhum fato a registrar, nem a presença de envolvidos na ocorrência a fim de que alguma outra medida pudesse ser adotada.

Seguindo a mesma sistemática de atendimento de chamadas emergenciais, as ocorrências geradas atendidas e repassadas a outros órgãos, são os casos em que a guarnição policial de serviço, seguindo o procedimento padrão para resolução do fato em andamento, necessita da ação complementar de alguma outra agência governamental, a quem é repassada a ocorrência. Os órgãos SAMU, SEMMAS, DERFV, IML, PERÍCIA e SPA foram especificados como aqueles mais demandados por ocasião dos atendimentos.



## 6 RESULTADOS DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MANAUS

Como toda metrópole contemporânea, Manaus chega ao século 21 com os mesmos problemas característicos dos grandes centros urbanos: crescimento urbano desordenado, população migrando de outros municípios para a capital, infraestrutura insuficiente, trânsito caótico, crime e violência crescentes. O enfrentamento de tais demandas, na busca por soluções, deve contemplar não apenas o fator repressão, no combate das ações delituosas e no cometimento de crimes, como também a prevenção.

Em segurança pública, políticas e programas que não levam em conta aspectos de contexto urbano e, simplesmente focalizam suas ações nas variáveis macroestruturais e socioeconômicas, tendem a criar paralisia institucional. Daí a necessidade das organizações policiais passarem a atuar de forma articulada entre si e outros órgãos da administração pública. Estratégias de redução de oportunidades e de *design* ambiental requerem a análise de fatores ambientais e urbanísticos para sua implementação. A busca por melhores resultados de controle e prevenção da criminalidade não devem ficar restritos à participação da Polícia Militar. O envolvimento de outros órgãos e agências é essencial (Beato, *et al*, 2008).

As demandas da sociedade, especificamente as de cunho social, em sua maioria, não atendem de maneira satisfatória a população, principalmente quando essas demandas envolvem jovens e crianças. Constatadas a ineficiência de tais políticas, as soluções passam a ser cada vez mais complexas. Por sua vez, a segurança pública precisa de diagnósticos precisos a fim de oferecer hipóteses de causalidade bem fundamentadas e que indiquem de forma precisa os desequilíbrios sociais que resultem em ocorrências criminais (Nascimento, 2011).

## 6.1 TENDÊNCIAS DA CRIMINALIDADE EM MANAUS

Nascimento (2011), registra que a principal causa de mortalidade entre jovens e adultos, com idade entre 15 a 44 anos, especialmente no caso dos homens, na cidade de Manaus, guarda estreita relação com o homicídio. A taxa de mortalidade de homens adultos declinou 30%, variando em torno de 29 e 20 óbitos por 1.000 habitantes entre 1980 e 2007, ao passo que, para as mulheres adultas, essa redução foi menor (22,3%). A taxa de mortalidade adulta feminina em 1980 (19,55 óbitos por 1.000 habitantes) foi menor do que a dos homens em 2007. As mulheres adultas chegaram ao final do período com uma taxa de 15,2 óbitos por 1.000 habitantes.

O processo acelerado de urbanização de grandes centros urbanos experimentado nas últimas décadas tem provocado maior concentração populacional, exigindo cada vez mais eficiência na capacidade de gestão dos governos, especialmente no que tange a ofertas de bens públicos voltados à melhoria das condições de vida da população. Em regiões do Norte do Brasil, onde os fatores distância, isolamento e dificuldade de acesso estão presentes, há um esforço maior para a promoção do bem-estar social. No Estado do Amazonas esses fatores são históricos e estão sempre conjugados dificultando a aplicação, principalmente, de políticas de saúde e segurança (Nascimento 2012).

Por outro lado, quando se pretende analisar indicadores relacionados à criminalidade, como ocorre no caso das mortes violentas, a preocupação recai sobre a confiabilidade dos dados. Estudos epidemiológicos costumam explorar o Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde - MS.

No que se refere às pesquisas no campo da segurança pública, ainda não há um banco de dados nacional que possa subsidiar as respostas para as questões postas. Atualmente, cada estado da Federação mantém, sob seu domínio, uma base de dados estatísticos sobre criminalidade para atender as demandas de análises no âmbito interno administrativo.

Quando a necessidade vai ao encontro de respostas que possam avaliar as estratégias de prevenção a partir de ações de comando e controle o desafio é gigantesco.

Embora se saiba que há uma enorme quantidade de dados e informações, extremamente importantes, orbitando no ambiente de comando e controle, pouco se tem feito no campo da segurança pública para aproveitamento dessas informações em ações táticas e estratégicas. Daí o porquê deste trabalho lançar luz sobre a importância do comando e controle, seja no antigo modelo CIOPS, seja no modelo atual CICC, na prevenção e controle da violência em Manaus.

**Tabela 01: CHAMADAS VIA SERVIÇO EMERGENCIAL 190/193,  
No período de 2009 a 2013**

CHAMADAS PARA SERVIÇO	ANO						EVOLUÇÃO (%)				
	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	Período				
	Quant	Quant	Quant	Quant	Quant	Quant	09/10	10/11	11/12	12/13	09/13
Atendidas	2.188.792	2.378.288	3.193.351	1.860.548	990.762	10.611.741	8,7	34,3	-41,7	-46,7	-54,7
Geraram ocorrência	211.626 (9,7%)	228.700 (9,6%)	217.611 (6,8%)	319.639 (17,2%)	256.052 (25,8%)	1.233.628 (11,6%)	8,1	-4,8	46,9	-19,9	21,0

Fonte dos dados básicos: CIOPS/SSP/AM

Com base nos dados registrados no Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), observou-se que milhões de informações passam pela atividade de comando e controle todos os anos. No período de 2009 a 2013, o CIOPS recebeu mais de 10 milhões, seiscentas e onze mil chamadas emergenciais, as quais geraram 1.233.628 ocorrências. Anualmente, isso corresponde a 12% de chamadas para o serviço. Contudo, verifica-se que apenas nos anos de 2009 e 2010, esta proporção manteve-se em 10% das chamadas para o serviço que geraram ocorrência, caindo três pontos percentuais no ano de 2011, quando se registrou uma proporção de 7%, para em seguida, nos anos de 2012 e 2013, constatar-se um aumento, atingindo 17% em 2012 e cerca de 26% em 2013. Verifica-se, ainda, que nos anos de 2012 e 2013, houve uma queda no número de ligações para o CIOPS, quando comparadas aos registros do ano anterior, obtendo-

se uma redução de 41,7% em 2012, comparado a 2011. Esta tendência de redução aumenta para 46,7% em 2013, comparado a 2012.

Na evolução do período estudado, 2009 a 2013, observou-se que houve redução no número de ligações, caindo, em 2013, o número de chamadas emergenciais para menos da metade (54,7%) do registrado em 2009.

No que se refere ao registro de ocorrências, esta tendência de redução não é a mesma. De 2009 para 2010, verificou-se um aumento de 8,1%. Já no ano seguinte, houve redução de 4,8%, para em seguida ocorrer novo aumento no número de ocorrências registradas, da ordem de 46,9% no ano de 2012, seguido de nova queda de 19,9% no ano de 2013.

Ao observar a evolução do ano de 2011 para 2012, constata-se um grande aumento no número de ocorrências (46,9%), ao mesmo tempo em que se dá uma queda de igual magnitude no número de chamadas emergenciais (-41,7%). O que pode explicar este comportamento, é o fato do número de viaturas policiais que entraram em operação neste período, serem dotadas de telefonia móvel, possibilitando chamadas telefônicas diretamente às guarnições policiais de serviço.

O aumento verificado, mais especificamente, no ano de 2012 no número de registros de ocorrências, deve-se, também, à implantação do programa Ronda no Bairro, o qual incrementou um número maior de viaturas policiais em toda a cidade de Manaus. Cabe explicar, ainda, que o aumento de policiais e viaturas, ocasiona em um primeiro momento, a elevação do número de ocorrências, dado que havia uma demanda reprimida. Atendida esta demanda, observa-se que, em seguida, houve uma redução tanto do número de ligações, quanto do número de ocorrências geradas (TABELA 1).

A Tabela 2 apresenta, para cada ano de 2009 a 2013, a distribuição percentual das ocorrências geradas pelo sistema 190/193 – CIOPS em função dos grupos “atendidas” e “não atendidas” e respectivos subgrupos apresentados na metodologia.

**Tabela 02: OCORRÊNCIAS GERADAS PELO SISTEMA 190/193 – CIOPS, em Manaus, no Período 2009 a 2013**

OCORRÊNCIAS GERADAS	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	
<b>ATENDIDAS</b>	<b>194869</b>	<b>92,1%</b>	<b>206641</b>	<b>90,4%</b>	<b>192067</b>	<b>88,3%</b>	<b>250656</b>	<b>78,4%</b>	<b>229490</b>	<b>89,6%</b>	<b>1.073.723</b>
RESOLVIDA NO LOCAL	22042	10,4%	24241	10,6%	18635	8,6%	11416	3,6%	10251	4,0%	86.585
FUGADOS INFRATORES	32732	15,5%	35528	15,5%	28413	13,1%	20965	6,6%	14246	5,6%	131.884
OCORRÊNCIA REPETIDA	22352	10,6%	26823	11,7%	22087	10,1%	35699	11,2%	19077	7,5%	126.038
TROTE	9123	4,3%	3081	1,3%	1553	0,7%	3550	1,1%	1538	0,6%	18.845
NADA A REGISTRAR	78873	37,3%	85131	37,2%	92812	42,7%	183152	57,3%	173820	67,9%	613.788
REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS	11870	5,2%	12598	5,5%	14005	6,4%	14763	4,6%	11336	4,4%	64.572
SAMU	282	0,1%	940	0,4%	994	0,5%	1280	0,4%	774	0,3%	4.270
SEMMAS	465	0,2%	488	0,2%	1882	0,9%	5705	1,8%	5177	2,0%	13.717
DERFV	1576	0,7%	2664	1,2%	3043	1,4%	1735	0,5%	178	0,1%	9.196
IML	992	0,5%	1326	0,6%	1613	0,7%	1846	0,6%	1755	0,7%	7.532
PERÍCIA	6943	3,3%	4571	2,0%	4726	2,2%	3280	1,0%	3153	1,2%	22.673
de Tratamento Psiquiátrico	207	0,1%	185	0,1%	144	0,1%	53	0,0%	26	0,0%	615
Vistoria Técnica	296	0,1%	421	0,2%	487	0,2%	72	0,0%	1	0,0%	1.277
SPA	198	0,1%	265	0,1%	134	0,1%	150	0,0%	94	0,0%	841
Outros Órgãos	911	0,4%	1738	0,8%	982	0,5%	642	0,2%	178	0,1%	4.451
CONDUZIDAS AOS DIPs	17877	8,4%	19239	8,4%	14562	6,7%	16809	5,3%	18299	7,1%	86.786
Ato Infracional	463	0,2%	1481	0,6%	1365	0,6%	1586	0,5%	1513	0,6%	6.408
Flagrante	2686	1,3%	2807	1,2%	2927	1,3%	3358	1,1%	4964	1,9%	16.742
TCO	14728	7,0%	14951	6,5%	10270	4,7%	11865	3,7%	11822	4,6%	63.636
<b>NÃO ATENDIDAS</b>	<b>16757</b>	<b>7,9%</b>	<b>22059</b>	<b>9,6%</b>	<b>25544</b>	<b>11,7%</b>	<b>33285</b>	<b>10,4%</b>	<b>7485</b>	<b>2,9%</b>	<b>105.130</b>
CANCELADA PELO SOLICITANTE	197	0,1%	328	0,1%	354	0,2%	101	0,0%	22	0,0%	1.002
INDISPONIBILIDADE DE VIATURAS	16486	7,8%	21560	9,4%	25001	11,5%	31979	10,0%	7350	2,9%	102.376
DADO INSUFICIENTE PARA ATENDIMENTO	74	0,0%	171	0,1%	189	0,1%	1205	0,4%	113	0,0%	1.752
<b>TOTAL</b>	<b>211626</b>	<b>99,6%</b>	<b>228700</b>	<b>100,0%</b>	<b>217611</b>	<b>100,0%</b>	<b>319639</b>	<b>100,0%</b>	<b>256052</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.233.628</b>

Fonte dos dados básicos: CIOPS/SSP/AM

No período de 2009 a 2013, o CIOPS atendeu mais de um milhão de chamadas emergenciais que geraram ocorrências policiais na cidade de Manaus. Ao seguir o protocolo estabelecido em seus procedimentos operacionais padrão, deslocando viaturas policiais para atendimento e realizando o devido registro dos encaminhamentos, na resolução das ocorrências, cumpre o seu papel legal como instituição integrante do aparelho estatal e colaboradora da preservação da ordem pública, do controle e prevenção da criminalidade, além de fortalecer o “estado democrático de direito”, sobretudo o direito à vida.

A consolidação dos registros de chamadas e atendimentos realizados, permite a observação e análise que permitem a sugestão de ações com vistas à otimização do serviço prestado, ao mesmo tempo em que possibilita a crítica de rotinas e procedimentos que necessitam ser ajustados para uma gestão mais eficaz e efetiva. Como um exemplo de gestão eficaz, menciona-se a redução do número de trotes (falsa comunicação de ocorrência), que na evolução do período analisado (2009 a 2013), apresenta uma redução de mais de 80%. Contudo, no ano de 2013 observou-se mais de 1.500 ligações de trotes atendidas pelo CIOPS e falsas ocorrências geradas, repassadas para atendimento por parte da Polícia Militar.

Outro exemplo de eficiência verificado no CIOPS, é a constatação de que no período de análise do estudo (2009 a 2013), não só o número de *chamadas atendidas que geraram ocorrência* cresceu (21%, conforme Tabela 01), como o acionamento, pelo CIOPS, do policiamento para atender as *ocorrências geradas* também cresceu de 194.869 em 2009, para 229.490 em 2013, produzindo um aumento de 17,8% (Tabela 02).

Observou-se, também, uma tendência de crescimento do número de ocorrências atendidas, mas que no local, não foi constatada qualquer alteração da ordem social, sendo categorizadas como *nada a registrar*. Estes casos passaram de 78.873 ocorrências (37,3%) em 2009, para 173.820 ocorrências (67,9%), em 2013. Se levarmos em consideração o período de 5 anos, o número de ocorrências corresponde a mais da metade (57,2%) do total de ocorrências atendidas. Esta leitura, de caráter crítico, indica a necessidade de um olhar mais detalhado quanto à necessidade de uma fiscalização mais efetiva, para constatar se realmente as guarnições policiais, ao receberem a determinação para atendimento de uma ocorrência, estão deslocando ao local do fato e se, em lá chegando, há ou não relatos ou registros a serem feitos.

Importante ressaltar os dados coligidos relacionados às ocorrências *não atendidas* por *indisponibilidade de viaturas*. Dentro do período estudado, o número de ocorrências que deixaram de ser atendidas é cinco vezes maior que o número de ocorrências de *trotes* atendidos. Do total de 105.130 ocorrências não atendidas, considerado o período de 5 anos, 97,4% destas (102.376), *não foram atendidas por indisponibilidade de viaturas*. Em 2009 foram 16.486 ocorrências que *não foram*

*atendidas* por não haver viaturas disponíveis para isso, o que corresponde a 7,8% do total de *ocorrências geradas* naquele ano. Em 2012, observou-se que 31.979 ocorrências (10,0% das ocorrências gerada neste ano), deixaram de ser atendidas por não haver viatura disponível. Este cenário só apresenta melhora, justamente quando houve mudança no modelo de gestão do emprego de viaturas. Com a implantação do projeto Ronda no Bairro em toda a cidade de Manaus houve redução (77,0%) do número de ocorrências *não atendidas por indisponibilidade de viaturas*, no ano de 2013, comparado ao ano de 2012. Mesmo diante desta redução, mais de 7 mil ocorrências não receberam atendimento por indisponibilidade de viaturas no ano de 2013, o que chama a atenção, sinalizando a necessidade de ajustes e melhorias na gestão do serviço de contratação e locação de viaturas policiais (Tabela 02).

Conforme pode ser visualizado na Tabela 03, no período de estudo, compreendido entre 2009 a 2013, com relação às ocorrências atendidas, cuja natureza destas exigiu a condução ao DIP circunscrito ao local do fato, observou-se que os registros passaram de 463 ocorrências, em 2009, para 1.513 ocorrências em 2013, apontando um crescimento da ordem de 226,8%.

Verifica-se, ainda, que as ocorrências de roubo apresentam crescimento em todo o período estudado, com relevância para o período de 2009 para 2010, quando se constata um aumento de 62 para 179 ocorrências, o que representa um percentual de 188,7%.

O mesmo não se confirma com as ocorrências de furto que, durante o mesmo período, comportam-se com aumento em um ano e redução no seguinte. Apresentando destaque para o ano de 2010, quando comparado com o ano de 2009, ocasião em que registram-se 64 ocorrências em 2009, subindo para 185 em 2010, representando um aumento de 189,1%, reduzindo em -26,5% no ano de 2011, registrando um aumento de mesma proporção em 2012 (26,5%), para em 2013 reduzir em 5,8%.

Porém, quando comparados o ano de 2009 com 2013, as ocorrências de roubo apresentam um aumento de 332,3%. Enquanto as ocorrências de furto registraram o aumento de 153,1%.

**Tabela 03 – Ocorrências Registradas em Manaus, no período de 2009 a 2013 que resultaram na lavratura de Boletins de Ocorrências por Ato Infracional.**

NATUREZAS	ANO					EVOLUÇÃO				
	2009	2010	2011	2012	2013	09/10	10/11	11/12	12/13	09/13
AMEAÇA	35	88	70	75	53	151,4%	-20,5%	7,1%	-29,3%	51,4%
DANO	11	23	17	11	7	109,1%	-26,1%	-35,3%	-36,4%	-36,4%
DESORDEM	33	93	59	36	9	181,8%	-36,6%	-39,0%	-75,0%	-72,7%
DIREÇÃO PERIGOSA	6	15	33	86	59	150,0%	120,0%	160,6%	-31,4%	883,3%
FURTO	64	185	136	172	162	189,1%	-26,5%	26,5%	-5,8%	153,1%
LESÃO CORPORAL	27	80	66	101	54	196,3%	-17,5%	53,0%	-46,5%	100,0%
OUTRAS OCORRÊNCIAS	26	180	140	147	158	592,3%	-22,2%	5,0%	7,5%	507,7%
PERTURB TRANQUILIDADE	3	13	14	44	50	333,3%	7,7%	214,3%	13,6%	1566,7%
PORTE DE ARMA	28	115	130	70	19	310,7%	13,0%	-46,2%	-72,9%	-32,1%
PORTE DE ENTORPECENTE	50	244	225	304	241	388,0%	-7,8%	35,1%	-20,7%	382,0%
RIXA	3	17	13	10	2	466,7%	-23,5%	-23,1%	-80,0%	-33,3%
ROUBO	62	179	199	243	268	188,7%	11,2%	22,1%	10,3%	332,3%
TENTATIVA DE FURTO	20	34	38	14	15	70,0%	11,8%	-63,2%	7,1%	-25,0%
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	6	15	11	13	10	150,0%	-26,7%	18,2%	-23,1%	66,7%
TENTATIVA DE ROUBO	12	31	39	20	18	158,3%	25,8%	-48,7%	-10,0%	50,0%
TRAFICO DE DROGA	12	58	85	141	278	383,3%	46,6%	65,9%	97,2%	2216,7%
VIAS DE FATO	17	40	32	23	28	135,3%	-20,0%	-28,1%	21,7%	64,7%
VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	3	12	6	15	2	300,0%	-50,0%	150,0%	-86,7%	-33,3%
DEMAIS ATOS INFRACIONAIS	45	59	52	61	80	31,1%	-11,9%	17,3%	31,1%	77,8%
<b>TOTAL</b>	<b>463</b>	<b>1481</b>	<b>1365</b>	<b>1586</b>	<b>1513</b>	<b>219,9%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>16,2%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>226,8%</b>

Fonte: CIOPS/SSP/AM

A Tabela 04 apresenta as ocorrências registradas em Manaus no período de 2009 a 2013, que resultaram na lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência.

As ocorrências geradas pelas chamadas telefônicas junto ao CIOPS, e atendidas pela polícia, as quais necessitaram ser conduzidas para o DIP que atende a área em que ocorreu o fato, cuja natureza da ocorrência gerou a lavratura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO, apresentaram tendência inversa da observada nos Atos Infracionais, a tendência de redução apontou uma queda de 19,7%, passando de 14.726 registros em 2009, para 11.865 em 2013.



**Tabela 04 – Ocorrências Registradas em Manaus, no período de 2009 a 2013 que resultaram na lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência.**

NATUREZAS	ANO					EVOLUÇÃO				
	2009	2010	2011	2012	2013	09/10	10/11	11/12	12/13	09/13
AMEAÇA	2318	2314	1610	1526	1403	-0,2%	-30%	-5%	-8%	-39%
DANO	350	379	247	226	228	8,3%	-35%	-9%	1%	-35%
DESACATO	302	313	198	389	478	3,6%	-37%	96%	23%	58%
DESORDEM	1420	1458	764	424	129	2,7%	-48%	-45%	-70%	-91%
DIREÇÃO PERIGOSA	306	289	189	549	505	-5,6%	-35%	190%	-8%	65%
OUTRAS OCORRÊNCIAS	2367	1735	1248	1868	1111	-26,7%	-28%	50%	-41%	-53%
PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE	215	264	148	564	2508	22,8%	-44%	281%	345%	1067%
PORTE DE ARMA	221	231	182	107	175	4,5%	-21%	-41%	64%	-21%
PORTE DE ENTORPECENTE	1142	1441	1154	1361	45	26,2%	-20%	18%	-97%	-96%
RIXA	144	100	66	32	59	-30,6%	-34%	-52%	84%	-59%
ROUBO	373	415	395	622	50	11,3%	-5%	57%	-92%	-87%
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	112	95	60	44	77	-15,2%	-37%	-27%	75%	-31%
TENTATIVA DE ROUBO	147	116	79	70	37	-21,1%	-32%	-11%	-47%	-75%
VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	206	204	155	125	649	-1,0%	-24%	-19%	419%	215%
OUTRAS OCORRÊNCIAS	5105	5597	3775	3958	4368	9,6%	-33%	5%	10%	-14%
<b>TOTAL</b>	<b>14.728</b>	<b>14.951</b>	<b>10.270</b>	<b>11.865</b>	<b>11.822</b>	<b>1,5%</b>	<b>-31,3%</b>	<b>15,5%</b>	<b>-0,4%</b>	<b>-19,7%</b>

Fonte: CIOPS/SSP/AM

Observou-se, ainda, que no período de estudo analisado, foram registrados um total de 63.636 Termos Circunstanciados de Ocorrência, e que o ano de 2010 é que registrou o maior número de TCO (14.951), o que corresponde a 23,5%.

Quando comparados os registros do ano de 2010 com os de 2011, observou-se o maior índice de redução do período analisado (-31,3%), os registros apontam uma diferença de 4.681 ocorrências.

As ocorrências que apresentaram maior evolução no período 2009 a 2013 foram *perturbação da tranquilidade*, com um incremento de 2.293 ocorrências (1067%), e *violação de domicílio*, que registrou um aumento de 443 ocorrências (215%).

As naturezas que apresentaram maior redução no período foram *Desordem* que, em 2013, registrou 1.291 ocorrências a menos que em 2009, uma redução de 91%. E *Porte de Entorpecente* que, em 2013, registrou 1.097 ocorrências a menos que em 2009 (Tabela 04).

A Tabela 05 apresenta as ocorrências registradas em Manaus, no período de 2009 a 2013, que resultaram na lavratura de Autos de Prisão em Flagrante Delito.

**Tabela 05 – Ocorrências Registradas em Manaus, no período de 2009 a 2013 que resultaram na lavratura de Autos de Prisão em Flagrante Delito.**

NATUREZAS	ANO					EVOLUÇÃO				
	2009	2010	2011	2012	2013	09/10	10/11	11/12	12/13	09/13
ACID. TRANS. VIT. LESIONADA	11	24	22	7	14	118,2%	-8,3%	-68,2%	100,0%	27,3%
ALICIAMENTO DE MENORES	11	12	7	5	9	9,1%	-41,7%	-28,6%	80,0%	-18,2%
AMEAÇA	71	97	57	46	41	36,6%	-41,2%	-19,3%	-10,9%	-42,3%
DANO	11	12	15	11	13	9,1%	25,0%	-26,7%	18,2%	18,2%
DIREÇÃO PERIGOSA	66	67	40	74	130	1,5%	-40,3%	85,0%	75,7%	97,0%
DISPARO DE ARMA DE FOGO	42	26	14	6	9	-38,1%	-46,2%	-57,1%	50,0%	-78,6%
ESTELIONATO	19	13	6	11	13	-31,6%	-53,8%	83,3%	18,2%	-31,6%
ESTUPRO	31	46	41	49	33	48,4%	-10,9%	19,5%	-32,7%	6,5%
FURTO	227	227	243	223	397	0,0%	7,0%	-8,2%	78,0%	74,9%
HOMICÍDIO	45	30	31	41	57	-33,3%	3,3%	32,3%	39,0%	26,7%
LESÃO CORPORAL	139	174	182	240	124	25,2%	4,6%	31,9%	-48,3%	-10,8%
OUTRAS OCORRÊNCIAS	273	215	162	142	246	-21,2%	-24,7%	-12,3%	73,2%	-9,9%
PORTE ILEGALDE ARMA	388	457	596	803	862	17,8%	30,4%	34,7%	7,3%	122,2%
PORTE DE ENTORPECENTE	269	298	252	199	136	10,8%	-15,4%	-21,0%	-31,7%	-49,4%
RECEPTAÇÃO	8	6	22	37	35	-25,0%	266,7%	68,2%	-5,4%	337,5%
ROUBO	462	455	490	516	719	-1,5%	7,7%	5,3%	39,3%	55,6%
TENTATIVA DE ESTUPRO	24	17	12	10	12	-29,2%	-29,4%	-16,7%	20,0%	-50,0%
TENTATIVA DE FURTO	48	29	37	18	35	-39,6%	27,6%	-51,4%	94,4%	-27,1%
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	106	77	64	62	75	-27,4%	-16,9%	-3,1%	21,0%	-29,2%
TENTATIVA DE ROUBO	74	49	51	26	44	-33,8%	4,1%	-49,0%	69,2%	-40,5%
TRAFICO DE DROGA	257	349	517	792	1519	35,8%	48,1%	53,2%	91,8%	491,1%
DEMAIS FLAGRANTES	104	127	66	40	441	22,1%	-48,0%	-39,4%	1002,5%	324,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.686</b>	<b>2.807</b>	<b>2.927</b>	<b>3.358</b>	<b>4.964</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,3%</b>	<b>14,7%</b>	<b>47,8%</b>	<b>84,8%</b>

Fonte: CIOPS/SSP/AM

Quanto aos registros de ocorrências atendidas e conduzidas aos DIPs, gerando a lavratura de Autos de Prisão em Flagrante Delito, no período analisado de 5 anos (2009 a 2013), foram lavrados 16.742 flagrantes.

A tendência verificada na evolução do número de registros foi de aumento, passando de 2.686 flagrantes, em 2009, para 4.964 flagrantes em 2013, representando um aumento de 84,8%.

As naturezas de ocorrência que apresentaram maior evolução no período 2009 a 2013 foram *Tráfico de Drogas*, com um incremento de 1.262 flagrantes (491,1%), e *Porte ilegal de arma*, que registrou um aumento de 474 flagrantes (122,2%), ambas com crescimento constante ano a ano. O Roubo apresentou esse crescimento constante a partir de 2010 passando de 455 para 719 em 2013. O Tráfico de Drogas praticamente dobrou entre os anos de 2012 e 2013.

As naturezas que apresentaram maior redução na evolução do período foram *Porte de entorpecente* que, em 2013, registrou 133 ocorrências a menos que em 2009, uma redução de 49,4%. O *Disparo de arma de fogo* que, em 2013, registrou 33 ocorrências a menos que em 2009, uma redução 78,6%. E a *Tentativa de Estupro* que apresentou uma redução de 50%, registrando 12 ocorrências a menos no ano de 2013.

Cabe ressaltar observações feitas decorrentes da análise da natureza de crimes violentos como *Homicídio (aumento de 26,7%)* e *Estupro (aumento de 6,5%)* que apresentaram aumento na evolução do período de estudo. Esse aumento pode ser melhor analisado no Anuário Estatístico da Segurança Pública do Amazonas.

## 6.2 UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS

Inúmeros são as ferramentas tecnológicas disponíveis na Centro Integrado de Operações de Segurança, dentre elas, podemos citar o rastreamento *on line* de todas as viaturas dos órgãos integrantes (PMAM, PC, CBMAM), possibilitado um controle de cada viatura em atendimento.

Ao utilizar o serviço de emergência, via 190, de um número fixo, o nome do proprietário, o endereço e o número de origem é automaticamente identificado pelo sistema de Bina, disponibilizado no sistema de telefonia do CIOPS, unindo assim uma identificação rápida e eficaz da viatura que encontra-se mais próxima para o atendimento da ocorrência solicitada, mostrando assim eficiência e eficácia do serviço prestado; um sistema de interligação de informações, dos quais podemos citar, o INFOSEG, a SIP, DETRAN, por exemplo, utilizado por viaturas com computadores a bordo, ou na própria coordenadoria por seus despachantes (profissionais que gerenciam as viaturas operacionais); serviços como de solicitação de ocorrências por parte do público externo ou por instituições, de relatórios de ocorrências diariamente e diuturnamente.

### **6.2.1 Monitoramento por Câmeras de Segurança em Manaus**

Ano após ano, a tendência das grandes cidades é de aumento populacional, com equivalente aumento de áreas demográficas. Por este motivo, a necessidade de maior efetivo na segurança pública para acompanhar esse crescimento também se faz necessário. No entanto, acompanhar a explosão demográfica com o objetivo de proporcionar maior sensação de segurança é tarefa cada vez mais difícil, exigindo investimento pesado por parte dos governos nas três esferas de poder.

Uma solução encontrada pelas grandes cidades para ajudar e minimizar a falta de efetivo policial foi a instalação de câmeras de monitoramento. A vantagem dessa ferramenta, é que com apenas uma câmera instalada em um determinado local, consegue-se cobrir uma área de aproximadamente 400 metros em um ângulo de 360°.

Na cidade de Manaus, as câmeras de monitoramento do CIOPS tem sido uma valiosa ferramenta para o combate e controle da criminalidade nos locais onde elas estão instaladas.

Manaus possui hoje um sistema de monitoramento por câmeras que permite a visualização das 252 câmeras fixas, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

O monitoramento por câmeras de segurança tem se consolidado como ferramenta de prevenção e repressão à criminalidade. A utilização de tecnologias da informação e comunicações na área de segurança cresceu 40% em 2013 (Miller, 2013)<sup>8</sup> quando comparado ao ano anterior. Ressalte-se, ainda, que é uma tendência mundial a ampliação da utilização dessas ferramentas na área de segurança, seja ela pública ou privada.

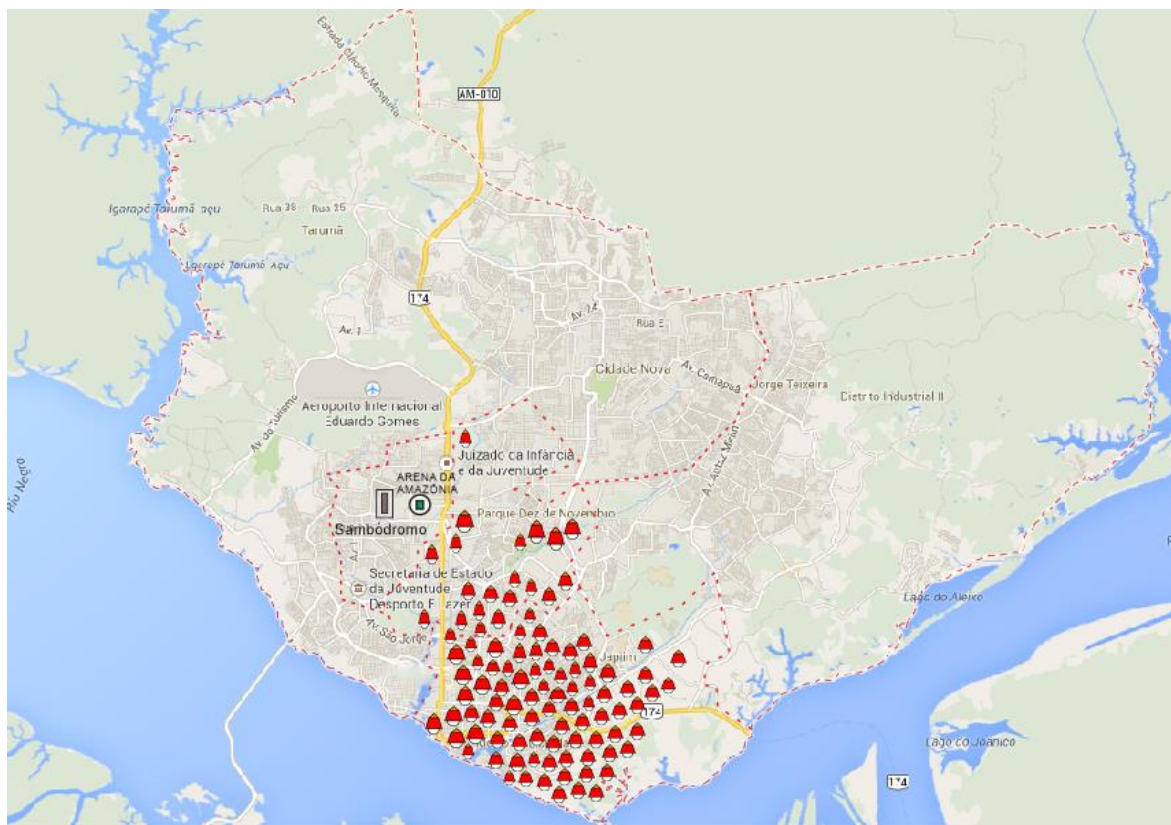
Implantado a partir de 2006 em Manaus, o sistema de monitoramento por câmeras de segurança, sistema Apolo da Empresa Eyesnwhere, seguiu 3 fases de instalação: a primeira fase priorizou a zona centro-sul, onde foram instaladas as

---

<sup>8</sup> Palestra proferida na 2ª edição do FÓRUM NACIONAL DE T.I.C NA SEGURANÇA PÚBLICA, realizada em 10 de dezembro de 2013, em Brasília-DF.

primeiras 100 (cem) câmeras, conforme se verifica na tabela em anexo e mapa a seguir:

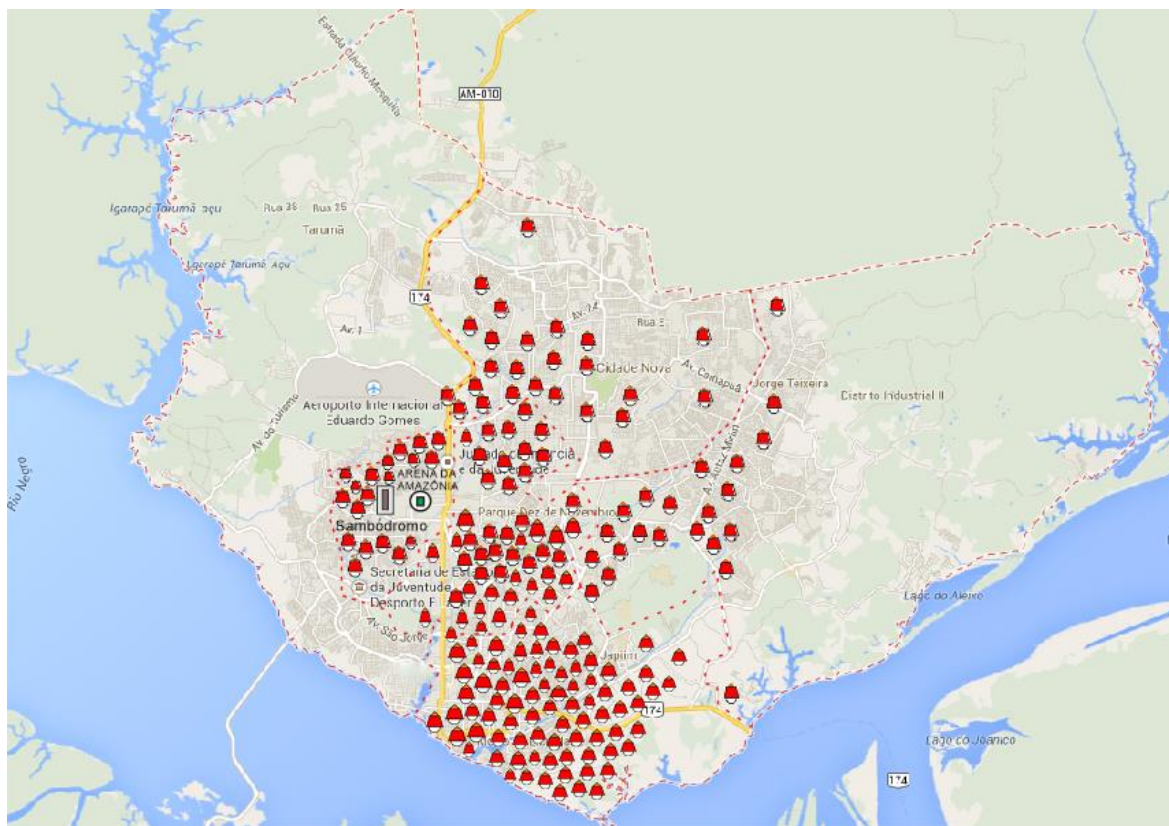
**Figura 13 - Mapa do Município de Manaus, com ilustração de implantação da Fase I, do sistema de Monitoramento por câmeras de segurança, com 100 câmeras, 2006**



Fonte: SISP/CIOPS/SSP

Na segunda fase, o sistema avançou para as zonas Centro-Oeste, Norte e Leste, abrangendo os bairros da Compensa, Lírio do Vale, Alvorada, Parque 10, Flores, Cidade Nova, Ponta Negra, Tancredo Neves, Coroadó, Distrito Industrial, São José, Educandos, Shangrilá. Nesta fase onde foram instaladas mais 100 câmeras, conforme se verifica na tabela e mapa a seguir:

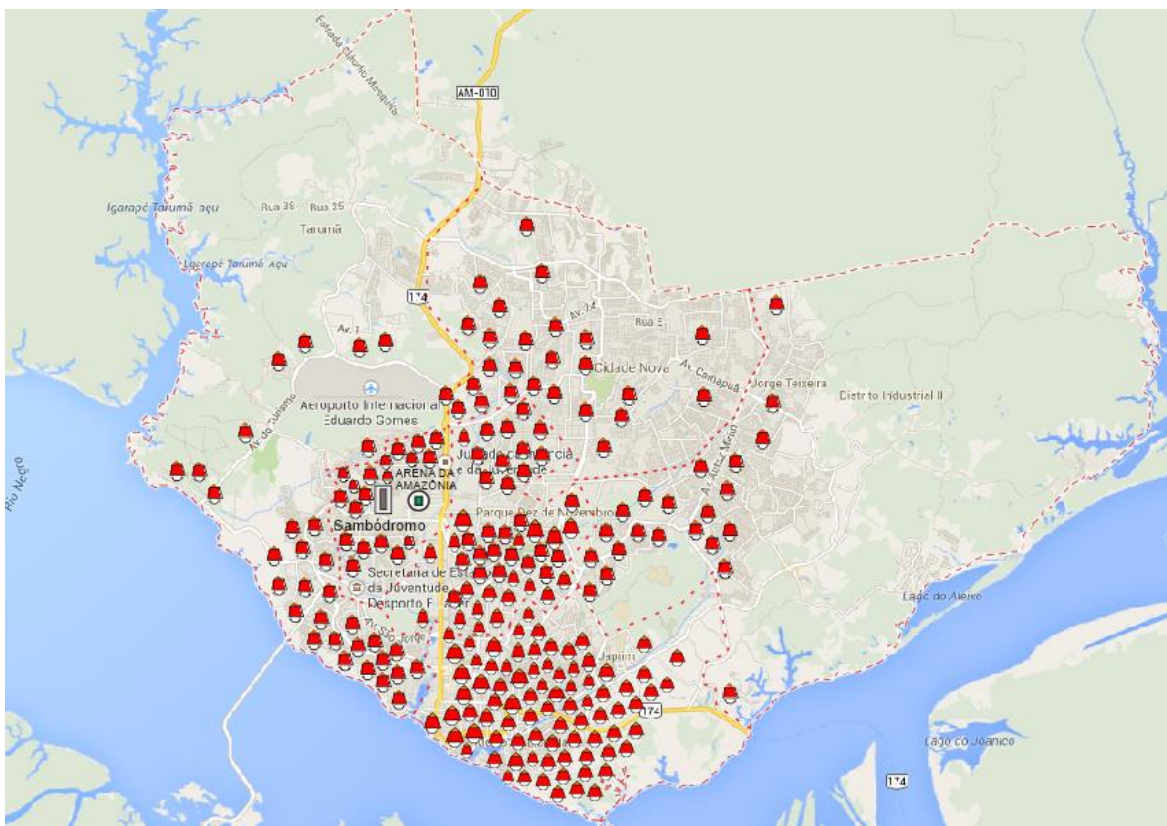
**Figura 14 - Mapa do Município de Manaus, com ilustração de implantação da Fase II, do sistema de Monitoramento por câmeras de segurança, com 200 Câmeras, 2007**



Fonte: SISP/CIOPS/SSP

Na terceira fase de implantação, o sistema contemplou os bairros da Colônia Oliveira Machado, São Lázaro, Mauzinho, Armando Mendes, Glória, São Raimundo, Santo Antonio, Alvorada, Aeroporto, Novo Israel, Terra Nova, Santa Etelvina. Nesta fase onde foram instaladas mais 32 câmeras, conforme se verifica na tabela e mapa a seguir:

**Figura 15 - Mapa do Município de Manaus, com ilustração de implantação da Fase III, do sistema de Monitoramento por câmeras de segurança, com 232 Câmeras, 2007**



Fonte: SISP/CIOPS/SSP

Essa ferramenta tem se mostrado bastante eficaz, não só no que diz respeito a ação preventiva, evitando delitos, como também vem sendo utilizada pelas emissoras de televisão e rádio para orientar os motoristas quanto ao trânsito na cidade de Manaus, que em determinados horários, apresenta vários pontos de congestionamento, fazendo com que essas informações sejam de grande valia para a população.

Tomando como base comparativa os registros de ocorrência gerados a partir do CIOPS, para os anos de 2009, 2010 e 2011, obteve-se os seguintes resultados<sup>9</sup>:

<sup>9</sup> Foram consideradas as seguintes naturezas para elaboração dos comparativos estatísticos apresentado nesse documento: Roubo, Furto, Tráfico de Entorpecentes, Porte de Entorpecentes, Desordem, Ações de Galera, Vadiagem, Vias de Fato, Rixa, Ato Obsceno, Dano.

- 67% dos locais onde estão instaladas as câmeras, num total de 232, obtiveram diminuição no índice de criminalidade (Tabela I do Anexo).
- 8% foi o percentual de diminuição geral quando comparados os registros de ocorrência dos anos de 2009 e 2010, nos locais onde estão instaladas as câmeras de monitoramento (Tabela I do Anexo);

Quando comparados os registros de ocorrência dos anos de 2010 e 2011, a redução verificada é de 34%, nos locais onde estão instaladas as câmeras de monitoramento, (Tabela II do Anexo).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve o propósito de demonstrar, no contexto da segurança pública, como a dinâmica de atendimento ao cidadão que necessita do serviço emergencial provido pelo estado, chegou à conformação de Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOPS. Para tanto, verifica na linha do tempo da literatura disponível, a composição de seu *status* de órgão integrante do sistema de segurança pública, para verificar de que forma contribui para a prevenção e o controle da criminalidade na cidade de Manaus.

Discorre, ainda, sobre as dinâmicas operacionais do Centro, sobre o atendimento das chamadas telefônicas destinadas aos principais serviços emergenciais, o procedimento quanto ao atendimento do sistema 190/193, bem como quanto às competências, atribuições e missões legais de cada uma das agências de segurança pública que ali interoperam.

Demonstra-se, também, por este estudo a eficiência das ferramentas de tecnologia de informação e comunicação existentes, na melhoria do serviço prestado pelo estado ao cidadão que necessita de atendimento emergencial.

A primeira conclusão a que se chega quanto à dinâmica operacional do Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS, na cidade de Manaus, é que esta possibilita ao cidadão que recorre ao serviço emergencial ser atendido e possa solicitar apoio à sua necessidade, seja ela uma ocorrência policial, uma emergência ou ocorrência afeta ao serviço do Corpo de Bombeiros. Este atendimento, já informatizado, módulo do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, que contempla a recepção, via telefone, integrando o registro da ocorrência a uma base de dados georreferenciada, permitindo que o setor de controle e despacho de viaturas possa deslocar a viatura disponível mais próxima do local de ocorrência.

Verifica-se, ainda, que o CIOPS coordena o posicionamento tático das viaturas no terreno, de forma a possibilitar a sensação de presença real, seguindo a distribuição geográfica da cidade em áreas, subáreas e setores, os quais são

recobertos, patrulhados e atendidos pelo programa Ronda nos Bairros que é o principal programa operacional da segurança pública.

Constata-se, também, que o monitoramento por câmeras de segurança, através das imagens geradas pelas 252 câmeras instaladas em Manaus, configura-se em uma estratégia de prevenção

Dentre as diversas conclusões a que se chega é que o fator integração, materializado na congregação das agências de segurança que atuam no CIOPS, caracteriza um grande avanço para um trabalho mais eficiente e eficaz, muito embora os estudos realizados nesta área, demonstrem que cada estado conta com seus próprios órgãos de Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares dentre outros. Na esfera municipal um número cada vez maior de cidades institui sua guarda civil. Há, ainda, serviços de saúde e transporte prestados em níveis de governança diferenciados, como é o caso das unidades de socorro do SAMU e do Corpo de Bombeiros, todos trabalhando em suas respectivas áreas de atuação, com protocolos e rotinas particulares e não integrados. Portanto, o fator integração precisa ser aprofundado. Neste ponto específico, a tendência atual no Brasil é o avanço para o Modelo de gestão integrada a partir dos Centros Integrados de Comando e Controle – CICC, o qual opera em um ambiente multiagências, sem hierarquia institucional, num modelo de liderança situacional, quanto ao atendimento de demandas que vão além da segurança, chegando às áreas de meio ambiente, saúde, energia, defesa e inteligência. Integrando órgãos federais, estaduais e municipais. O Modelo foi utilizado nos 12 estados que sediaram a copa do mundo de 2014, obtendo aprovação unânime das autoridades ligadas à segurança pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal.

Quanto à análise que se faz dos registros de chamadas emergenciais que constam da base de dados, quanto ao atendimento prestado pelo CIOPS, em Manaus, no período objeto do presente estudo, 2009 a 2013, necessário se faz esclarecer que o papel fundamental do CIOPS não é o planejamento de operações e estratégias para a redução da criminalidade, uma vez que o próprio centro, por si só, já se configura na materialização de uma estratégia implementada para controle e prevenção da criminalidade. Posta esta premissa, verifica-se que das ocorrências registradas, decorrentes das chamadas emergenciais, o CIOPS atuou em mais de

87%, em média. Os registros apontam que durante o período estudado, 16.742 Flagrantes foram realizados, 63.636 Termos Circunstanciados de Ocorrências foram lavrados e, ainda, 6.408 Atos Infracionais foram registrados.

Conclui-se, também, pelos registros da pesquisa de satisfação que é feita pelo CIOPS, junto às pessoas que protagonizaram as chamadas emergenciais, que a média de satisfação no período estudado é de 78,7%, comprovando assim que o CIOPS cumpre seu papel de atender e atuar nas situações emergenciais na cidade de Manaus.

Pode-se, ainda, concluir que as chamadas atendidas mas que foram registradas no sistema como *nada a registrar*, aumentaram de 78.873 (em 2009), para 173.820 (em 2013) o que representa um acréscimo de 120,40%. Tal incremento requer uma atenção especial por parte do órgão fiscalizador da Polícia Militar.

Nesta mesma linha, os dados colhidos e analisados no presente trabalho, permitem concluir, também, que a necessidade de um número maior de viaturas para atendimento de ocorrências é premente, pois verificou-se um aumento no registro de ocorrências que deixaram de ser atendidas por *indisponibilidade de viaturas*. De 16.486 ocorrências registradas em 2009, subiram para 31.979 em 2012. O que representa um aumento de 93,98%.

A Tabela 04 demonstra que o número total de Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCO, lavrados no período estudado reduziu de 14.728 (em 2009), para 11.865 (em 2013), o que representa uma redução de 19,7%.

A Tabela 05 demonstra, por sua vez, que o número total de Flagrantes lavrados cresceram 84,8% no período. Subindo de 2.686 (em 2009), para 4.964 (em 2013). Merecem destaques os registros de *Porte Ilegal de Arma* (122,2%), *Receptação* (337,5%), *Tráfico de Drogas* (491,1%) e o *Roubo* (55,6%).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio and Pasinato, Wânia A justiça no tempo, o tempo da justiça. Tempo soc., Nov 2007, vol.19, no.2, p.131-155. ISSN 0103-2070. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a05v19n2.pdf> Acesso em 03 Ago 2013.

ADORNO, Sergio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Sociologias : Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf> Acesso em 06 Ago 2013.

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Tempo soc., v. 11, n. 2, p.129-153. Out 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a08.pdf> Acesso em 05 Ago 2013.

AMAZONAS, Lei nº 3946 de 09 de outubro de 2013. CRIA a SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE SEGURANÇA INTEGRADA PARA GRANDES EVENTOS - SEASGE na estrutura da SSP/AM,DEFINE suas finalidades, competências e estrutura organizacional, fixa o seu quadro funcional e Altera a Lei Delegada n. 79, de 18 de maio de 2007, e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado, Manaus,

AMAZONAS. Secretaria Executiva Adjunta de Segurança Integrada para Grandes Eventos – SEASGE. Plano Tático Integrado de Segurança Pública para Copa do Mundo 2014. Manaus, AM, 2014.

BEATO, Claudio C. F. Fontes de Dados Policiais em Estudos Criminológicos: Limites e Potenciais. In Fórum de debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil; Uma discussão sobre as bases de Dados e Questões Metodológicas. Pg 88-110. Jul/2000. Disponível em [http://www.comunidadessegura.org.br/files/forumdebates2002\\_0.pdf](http://www.comunidadessegura.org.br/files/forumdebates2002_0.pdf). Acesso em 17 de Maio 2012.

BEATO, Claudio et al. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 687-717, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/05.pdf>. Acessado em 24 de Julho de 2013.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo Perspec., v.18, n.1, p.119-131. ISSN 0102-8839. Mar 2004, Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf> . Acesso em 03 Ago 2013.

BRASIL, Maria Glaucíria Mota. Políticas Públicas de Segurança no Brasil: um diálogo de FHC a Lula. Anais 2010 - Humanidades: Fronteiras em movimento, 2010. Disponível em [http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/uma\\_reflexao\\_comparativa\\_da\\_seguranca\\_publica.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/uma_reflexao_comparativa_da_seguranca_publica.pdf)

BRASIL. Ministério da Justiça. Comando e controle: abordagens, conceitos e características fundamentais. Apresentação do Grupo de Trabalho da Copa 2014. Brasília, DF, 2010 a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comando e controle: abordagens, conceitos e características fundamentais. Apresentação do Grupo de Trabalho da Copa 2014. Brasília, DF, 2010 b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE. Diretoria de Operações. Plano Tático Integrado de Segurança Pública para Copa do Mundo 2014. Brasília, DF, 2014.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Revista Katál. Forianópolis, v. 14, n. 1, p. 59 – 67, jan/jun 2011. Disponível em [http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/Conselhos\\_Comunitarios\\_de\\_Seguranca1.pdf](http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/Conselhos_Comunitarios_de_Seguranca1.pdf) Acessado em 16 Jul 2013.

COLI, André de Oliveira. Centro Integrado de Comando e Controle (CICC): Ferramenta de Integração para o Estado Rede. Belo Horizonte : Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. 2011. Monografia. Especialização em Segurança Pública.

Donnici, Virgílio Luiz. A Criminalidade no Brasil: meio milênio de Repressão. Rio de Janeiro : Forense, 1984.

FILIPPINI, Elizabeth; MACIEL, Regiane Macedo. MANAUS. Uma reflexão acerca de seu passado. Revista Eletrônica Aboré, Escola Superior de Arte e Turismo Manaus, Universidade do Estado do Amazonas, n. 04, dez, 2010. Disponível em [http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos\\_4/37.pdf](http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_4/37.pdf). Acessado em 25 de Julho de 2013.

FAJNZYLBBER, Pablo; ARAÚJO, Ari. Violência e criminalidade. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR. Belo Horizonte, 2001. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/GIACOMO/arquivos/econ-crime-old/fajnzylber-arauojr-2001.pdf>. Acessado em 25 de julho de 2013.

FURTADO, Vasco. Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública. Rio de Janeiro: Garamundo, 2002.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 6 ed. São Paulo : Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 3 ed. São Paulo : Atlas, 1996.

MACIEL, José Fábio Rodrigues. Ordenações Filipinas – Considerável influência no direito brasileiro. Carta Forense,

MANNING, Peter K; Michael Tonry, Norval Morris (orgs). Policiamento Moderno. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MASSOLA, Luis Felipe Grandi. Breves considerações sobre o Livro V das Ordenações Filipinas e a Legislação Penal Pátria Contemporânea. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 28 out. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29482&seo=1>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

MENDONÇA, Roberto. Polícia Militar do Amazonas. Companhia de Rádio Patrulha. Matéria postada no Blog do coronel Roberto. Manaus, julho 2010. Disponível em <http://catadordepapeis.blogspot.com.br/search/label/Cosme%20e%20Dami%C3%A3o>. Acessado em 18 de julho de 2014.

MENDONÇA, Roberto. Fundação de Manaus. Matéria postada no Blog do coronel Roberto. Manaus, junho 2014. Disponível em <http://catadordepapeis.blogspot.com.br/>. Acessado em 18 de Agosto de 2014.

MILLER, Thomas. Palestra proferida em Brasília-DF, na 2ª edição do FÓRUM NACIONAL DE TIC NA SEGURANÇA PÚBLICA, realizada em 10 de dezembro de 2013. Palestra sobre a utilização do moniotramento por câmeras na segurança pública.

NASCIMENTO, A. G. O. Evolução do impacto das mortes por causas violentas na esperança de vida da população de Manaus entre 1980 a 2009. Tese de Doutorado. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/downloads/2011/Antonio\\_Nascimento.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/downloads/2011/Antonio_Nascimento.pdf). Acessado em 21 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, Vania Parecida; TONELLY, Dany Flávio; PEREIRA, José Roberto. O problema da (in)segurança pública: refletindo acerca do papel do Estado e de possibilidades de soluções localizadas e participativas. Rev. Bras. Seg. Púb. São Paulo, v. 7, n.1, 3 - 4 fev/mar 2013.

PORTAL D24am. Manaus tem a maior frota de veículos do Norte do país. Disponível em <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/manaus-tem-a-maior-frota-de-veiculos-do-norte-do-pais/29703>. Acessado em Julho de 2014.

PORTAL G1. População de Manaus cresce 1,9% e chega a 2.020.301, estima IBGE. Disponível em <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/08/populacao-de-manaus-cresce-19-e-chega-2020301-estima-ibge.html>. Acessado em 03 de outubro 2014.

PRIELL NETO, Reynaldo. Polícia Comunitária: o COPOM de São Paulo como centro de comando e controle dos serviços emergenciais na cidade de São Paulo. São Paulo : Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”. 2012. Monografia. Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAPORI, Luis Flavio. Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro? Desigualdades & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 11, ago/dez, 2012. Disponível em <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/7artigo11.pdf>. Acessado em 24 de julho de 2013

SAPORI, Luis Flavio. A segurança pública no Brasil. Revista Em Debate da PUC – Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan, 2011. Disponível em [http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/\(2\)Artigo\\_Luis\\_Sapori\[1\].pdf](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/(2)Artigo_Luis_Sapori[1].pdf). Acessado em 20 de agosto de 2013

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: presente e futuro. Estud. av., Abr 2006, v. 20, no. 56. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 27 maio de 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Estud. av. 2007, vol. 21, n. 61. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300006>. Acesso em 13 de Agosto de 2013.

TRINDADE, Arthur Porto, Maria Stela Grossi. Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá. Sociologias, Ago 2011, vol.13, no.27, p.342-381. ISSN 1517-4522. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a13v13n27.pdf> Acesso em 23 Abr 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo : Atlas, 2000.

## ANEXO

## ANEXO

**Tabela I - LOGRADOUROS COM CÂMERAS INSTALADOS PELO CIOPS,  
MANAUS, 2009 E 2010**

100 LOGRADOUROS ( Nº de Ocorrências)	2009	2010	%
AV. CONSTANTINO NERY	506	328	-35%
AV. AUTAZ MIRIM	448	393	-12%
AV. DJALMA BATISTA	348	253	-27%
AV. BRASIL	291	227	-22%
AV. PONTA NEGRA	267	209	-22%
AL. COSME FERREIRA	250	236	-6%
AV. NOEL NUTELS	229	254	11%
AV. SÃO PEDRO	195	212	9%
AV. COSTA E SILVA	184	159	-14%
EST. TORQUATO TAPAJÓS	183	199	9%
R. AMAZONAS	159	138	-13%
AV. DESEMBARGADOR JOÃO MACHADO	135	133	-1%
AV. MAX TEIXEIRA	129	88	-32%
AV. ANDRÉ ARAÚJO	126	92	-27%
AV. PENETRAÇÃO	121	90	-26%
AV. CAMAPUÃ	120	116	-3%
R. RAMOS FERREIRA	116	89	-23%
R. DA PAZ	115	90	-22%
AV. 7 DE SETEMBRO	114	101	-11%
AV. RIO NEGRO	109	111	2%
AV. TEFÉ	107	97	-9%
AV. GENERAL RODRIGO OTÁVIO	106	128	21%
AV. PEDRO TEIXEIRA	103	97	-6%
AV. GETÚLIO VARGAS	97	92	-5%
AV. PERIMETRAL	97	68	-30%
R. DO COMÉRCIO	94	75	-20%
AV. JOAQUIM NABUCO	88	86	-2%
AV. EDUARDO RIBEIRO	84	117	39%
AV. BURITI	84	70	-17%
R. A	83	75	-10%
AV. RECIFE	83	71	-14%
AV. DOM PEDRO	82	75	-9%
R. NATAL	82	54	-34%



100 LOGRADOUROS ( N° de Ocorrências)	2009	2010	%
<b>AV. BRIGADEIRO HILÁRIO GURJÃO</b>	<b>79</b>	<b>65</b>	<b>-18%</b>
AV. SÃO JORGE	78	104	33%
R. SÃO FRANCISCO	76	102	34%
<b>R. SANTO ANTÔNIO</b>	<b>76</b>	<b>96</b>	<b>26%</b>
<b>AV. BOULEVARD ÁLVARO MAIA</b>	<b>76</b>	<b>74</b>	<b>-3%</b>
R. BRASIL	75	88	17%
AV. LAGUNA	75	50	-33%
<b>AV. DARCY VARGAS</b>	<b>73</b>	<b>55</b>	<b>-25%</b>
R. NOVA	71	97	37%
AV. ITAÚBA	70	68	-3%
R. J	69	56	-19%
<b>AV. LEOPOLDO PÉRES</b>	<b>69</b>	<b>51</b>	<b>-26%</b>
R. BELA VISTA	69	44	-36%
<b>AV. CARVALHO LEAL</b>	<b>66</b>	<b>50</b>	<b>-24%</b>
R. BARÃO DO RIO BRANCO	64	70	9%
AV. GRANDE CIRCULAR	64	61	-5%
R. BELO HORIZONTE	63	82	30%
R. BOM JESUS	63	79	25%
AV. PASSARINHO	62	95	53%
R. C	62	40	-35%
AV. MARGARITA	62	37	-40%
R. SANTA HELENA	61	49	-20%
AV. CHICO MENDES	61	24	-61%
R. SÃO JOSÉ	60	66	10%
BC. SÃO FRANCISCO	59	60	2%
R. SANTA RITA	59	53	-10%
R. NOVA	56	53	-5%
R. SÃO BENEDITO	55	36	-35%
<b>R. BEIRA RIO</b>	<b>54</b>	<b>66</b>	<b>22%</b>
R. BEIJA FLOR	54	52	-4%
R. SÃO SEBASTIÃO	53	47	-11%
<b>R. MANICORÉ</b>	<b>53</b>	<b>47</b>	<b>-11%</b>
<b>R. QUINTINO BOCAIÚVA</b>	<b>53</b>	<b>44</b>	<b>-17%</b>
<b>AV. PARAÍBA</b>	<b>52</b>	<b>35</b>	<b>-33%</b>
R. IPIXUMA	51	31	-39%
<b>R. JAPURÁ</b>	<b>50</b>	<b>55</b>	<b>10%</b>
R. SÃO PAULO	50	48	-4%
<b>AV. J</b>	<b>50</b>	<b>33</b>	<b>-34%</b>
<b>EST. DO TURISMO</b>	<b>48</b>	<b>64</b>	<b>33%</b>
<b>R. LORIS CORDOVIL</b>	<b>48</b>	<b>41</b>	<b>-15%</b>
<b>R. JOÃO VALÉRIO</b>	<b>48</b>	<b>32</b>	<b>-33%</b>

<b>100 LOGRADOUROS ( N° de Ocorrências)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
R. NOVA ESPERANÇA	47	55	17%
R. BOA ESPERANÇA	47	48	2%
R. 13 DE MAIO	47	43	-9%
AV. LIBERDADE	47	39	-17%
AV. MIRRA	47	35	-26%
AV. SAMAÚMA	46	57	24%
AV. G	46	39	-15%
<b>AV. PREDIDENTE KENNEDY</b>	<b>46</b>	<b>36</b>	<b>-22%</b>
<b>ROD. BR 319</b>	<b>45</b>	<b>56</b>	<b>24%</b>
R. SANTA LUZIA	44	51	16%
<b>R. PARÁ</b>	<b>44</b>	<b>46</b>	<b>5%</b>
AV. ADALBERTO VALE	44	41	-7%
<b>AV. LOURENÇO DA SILVA BRAGA</b>	<b>43</b>	<b>59</b>	<b>37%</b>
<b>AV. CASTELO BRANCO</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>9%</b>
<b>AV. TARUMÃ</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>-2%</b>
AV. BEIRA RIO	42	39	-7%
R. BEIRA MAR	41	41	0%
R. SÃO JOÃO	40	56	40%
R. I	38	45	18%
R. CHICO MENDES	36	47	31%
AV. SÃO JOÃO	35	59	69%
<b>R. FLORIANO PEIXOTO</b>	<b>34</b>	<b>46</b>	<b>35%</b>
<b>AV. F</b>	<b>34</b>	<b>45</b>	<b>32%</b>
AV. BEIRA MAR	33	50	52%
AV. 7 DE MAIO	31	59	90%
R. D	28	52	86%
<b>Total geral</b>	<b>8943</b>	<b>8256</b>	<b>-8%</b>

## ANEXO

**Tabela II - LOGRADOUROS COM CÂMERAS INSTALADOS PELO CIOPS,  
MANAUS, 2010 E 2011**

LOGRADOUROS (CÂMERAS INSTALADAS)	2010	2011	%
AL. COSME FERREIRA	236	168	-29%
AV. 7 DE SETEMBRO	101	88	-13%
AV. A	25	51	104%
AV. AMAZONAS	7	88	1157%
AV. ANDRÉ ARAÚJO	92	50	-46%
AV. AUTAZ MIRIM	393	239	-39%
AV. AYRÃO	31	34	10%
AV. B	25	64	156%
AV. BOULEVARD ÁLVARO MAIA	74	48	-35%
AV. BRASIL	227	169	-26%
AV. BRIGADEIRO HILÁRIO GURJÃO	65	69	6%
AV. BURITI	70	38	-46%
AV. CAMAPUÃ	116	88	-24%
AV. CARVALHO LEAL	50	57	14%
AV. CASTELO BRANCO	47	42	-11%
AV. CODAJÁS	25	0	-100%
AV. CONSTANTINO NERY	328	160	-51%
AV. COSTA E SILVA	159	99	-38%
AV. D	4	34	750%
AV. DARCY VARGAS	55	44	-20%
AV. DESEMBARGADOR JOÃO MACHADO	133	87	-35%
AV. DJALMA BATISTA	253	132	-48%
AV. EDUARDO RIBEIRO	117	88	-25%
AV. F	45	38	-16%
AV. FRANCISCO DE SÁ	6	0	-100%
AV. GENERAL RODRIGO OTÁVIO	128	135	5%
AV. GETÚLIO VARGAS	92	78	-15%
AV. J	33	47	42%
AV. JOAQUIM NABUCO	86	90	5%
AV. KAKO CAMINHA	38	20	-47%
AV. LEONARDO MALCHER	27	51	89%
AV. LEOPOLDO PÉRES	51	32	-37%
AV. LOURENÇO DA SILVA BRAGA	59	39	-34%
AV. MARQUÊS DE INHAMBUPÉ	1	0	-100%
AV. MAX TEIXEIRA	88	91	3%
AV. NILTON LINS	32	30	-6%
AV. NOEL NUTELS	254	100	-61%

LOGRADOUROS (CÂMERAS INSTALADAS)	2010	2011	%
AV. PARAÍBA	35	66	89%
AV. PEDRO TEIXEIRA	97	39	-60%
AV. PERIMETRAL	68	38	-44%
AV. PONTA NEGRA	209	127	-39%
AV. PREDIDENTE DUTRA	20	22	10%
AV. PREDIDENTE KENNEDY	36	33	-8%
AV. RECIFE	71	67	-6%
AV. RIO NEGRO	111	36	-68%
AV. SANTOS DUMONT	19	0	-100%
AV. SOLIMÕES	20	0	-100%
AV. TANCREDO NEVES	42	25	-40%
AV. TARUMÃ	42	20	-52%
AV. TEFÉ	97	65	-33%
EST. DA ESTANAVE	13	22	69%
EST. DO TARUMÃ	17		-100%
EST. DO TURISMO	64	74	16%
EST. TORQUATO TAPAJÓS	199	142	-29%
R. ACRE	19		-100%
R. AMAZONAS	138	88	-36%
R. BEIRA RIO	66	0	-100%
R. COM. HENRIQUE BASTOS	3	0	-100%
R. DA INSTALAÇÃO	32	0	-100%
R. DO COMÉRCIO	75	35	-53%
R. DOM JOÃO	7	0	-100%
R. DOUTOR MACHADO	22	0	-100%
R. FERREIRA PENA	25	26	4%
R. FLORIANO PEIXOTO	46	49	7%
R. INOCÊNCIO DE ARAÚJO	19	0	-100%
R. JAPURÁ	55	0	-100%
R. JOÃO VALÉRIO	32	0	-100%
R. JOSÉ TADROS	19	0	-100%
R. LEOVEGILDO COELHO	7	0	-100%
R. LORIS CORDOVIL	41	31	-24%
R. LORIVAL MUNIZ	10	0	-100%
R. MACEIÓ	22	0	-100%
R. MANICORÉ	47	0	-100%
R. MARECHAL DEODORO	22	0	-100%
R. PARÁ	46	0	-100%
R. QUINTINO BOCAIUVA	44	42	-5%
R. RAMOS FERREIRA	89	50	-44%
R. SANTO ANTÔNIO	96	42	-56%
R. TAMANDARÉ	37	0	-100%

LOGRADOUROS (CÂMERAS INSTALADAS)	2010	2011	%
R. TERESINA	4	0	-100%
R. VISCONDE DE CAIRÚ	1	0	-100%
R. WALTER RAYOL	36	25	-31%
ROD. BR 319	56	21	-63%
<b>Total geral</b>	<b>5849</b>	<b>3873</b>	<b>-34%</b>